convergência

OUT - 1980 - ANO XIII - Nº 136



- A ESPIRITUALIDADE BENEDITINA NA IGREJA DO BRASIL Dom Estêvão Bettencourt, OSB — página 461
- OS POBRES ENTENDEM O MISTÉRIO DE MARIA Irmão Aleixo Maria Autran, FMS — página 472
- REFLEXÕES SOBRE A MISSÃO DO RELIGIOSO EDUCADOR Irmā Ivone Gebara — pagina 501

CONVERGÊNCIA Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)

Diretor-Responsável: Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável: Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração: Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1980:

Brasil, taxa única (via	
terrestre ou aérea)Cr\$	420,00
Exterior: marítimaUS\$	17,00
Exterior: aéreaUS\$	25,00
Número avulsoCr\$	42,00
	•

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20211 Rio de Janeiro — RJ.

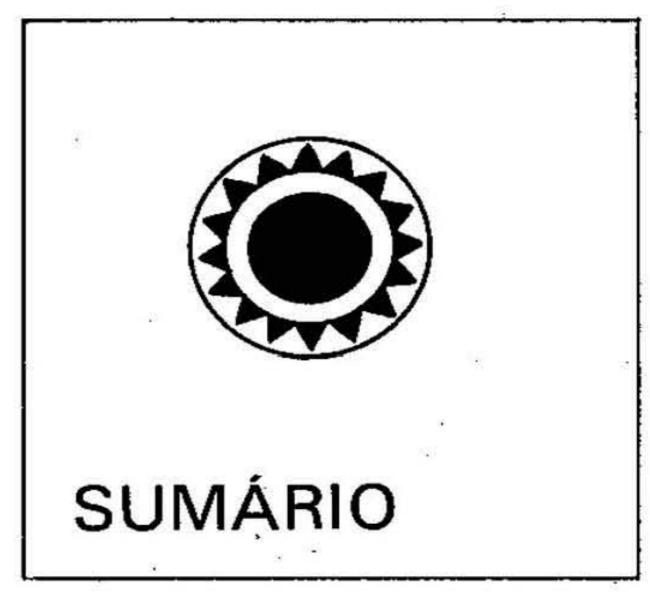
Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Creio que Você pode descobrir, sem grande esforço, algo como um pássaro voando e pousando. Ao tentar materializar esta figuração mental, num traço imutável e dinâmico, pensei nisto: (1º) Uma andorinha não faz verão. 1980 é o ano da XII Assembléia Geral Ordinária Eletiva da CRB cujo tema central é "Libertar para a CÓMUNHÃO e PARTICIPAÇÃO" Vencer a tentação do alheamento. Esta coisa estranha: o homem sozinho, a solução individual. Dar-se as mãos. Encontrar-se é, de uma vez só, fator de estabilidade e forca de transformação. (2º) A Igreja Latino-Americana decidiu, mais uma vez, em Puebla, sua opção preferencial pelo pobre. A Campanha da Fraternidade da Igreja, no Brasil, ressalta, neste ano, a figura do Migrante. O pássaro é bem o símbolo do pobre e de quem não tem destino certo. Ora para frente, ora para o norte, ora para trás, ao sabor das correntes da sorte. (3º)

Esta palavra de esperança: "Ninguém tem morada definitiva no tempo" (Hbr 13, 14; Miq 2, 10). Todos andam em busca de horizonte mais alto. Sentimos a dor do incompleto. COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, POBRE, um FUTURO fora do tempo, pontos de linhas medulares de interpretação da fenomenologia de nossa Vida Religiosa. CONVERGÊNCIA quer confirmar, em Você, a sensação de que não estamos parados. E estamos no rumo certo.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.



PELAS REGIONAIS	451
A ESPIRITUALIDADE BENEDITINA NA IGREJA DOBRASIL, Dom E. Bettencourt, QSB	461
OS POBRES ENTENDEM O MISTÉRIO DE MARIA Irmão Aleixo Maria Autran, FMS	472
RELIGIOSOS PRESBÍTEROS Vários Autores	482
JOÃO PAULO II: AS MUITAS FACES DA PRESENÇA E DA MENSAGEM Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	495
REFLEXÕES SOBRE A MISSÃO DO RELIGIOSO EDUCADOR Irmã Ivone Gebara	501
COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS Irmã Teresa de Araújo, FC	510·

EDITORIAL

Outubro coloca em foco a pessoa de Maria — a Mãe de Deus — ressaltando seu poder de intercessão junto do Pai, e dando ênfase à recitação do rosário, uma das práticas de devoção mariana mais difundidas entre o nosso povo.

Ao passar as contas do seu terço, e repetir tantas vezes a mesma saudação e a mesma invocação, nosso povo abriga uma profunda convicção de estar se dirigindo à Mãe de todos, aquela que encarna a grande esperança do fiel cristão, e é para ele sinal de paz, de bênção, de segura proteção na dura caminhada da vida.

O Episcopado latino-americano, reunido em Puebla, recorda
que desde os primórdios da nossa
história e da nossa evangelização, Maria tornou-se o grande
sinal de rosto materno e misericordioso, de proximidade do Pai
e de Cristo, com quem Ela nos
convida a entrar em comunhão e
que a devoção à Mãe de Deus
é uma experiência vital e histórica do Continente.

João Paulo II insiste em que esta experiência pertence à identidade própria dos nossos povos e constitui um dos traços característicos da religiosidade do povo brasileiro.

Neste momento histórico em que nossa Igreja quer dar um novo passo de fidelidade a seu Senhor, na fidelidade aos apelos do seu contexto, Maria surge no horizonte espiritual desta nossa Igreja como o modelo "para os que não aceitam passivamente as circunstâncias adversas da vida pessoal e social, nem são vítimas da alienação, mas proclamam com ela que Deus exalta os humildes e derruba os poderosos de seu trono".

Neste contexto, e neste momento é bom interiorizar a oração de João Paulo II a Nossa Senhora Aparecida por ocasião da sagração da nova basílica, durante sua histórica visita ao Brasil: "... ó Mãe, fazei que esta Igreja, a exemplo de Cristo, servindo constantemente o homem, seja a defensora de todos, em particular dos pobres e necessitados, dos socialmente marginalizados e espoliados. Fazei que a Igreja do Brasil esteja sempre a serviço da justiça entre os homens e contribua ao mesmo tempo para o bem comum de todos e para a paz social. Abri os corações dos homens e dai a todos a compreensão de que somente no Espírito do Evangelho e seguindo o mandamento do amor e as bem aventuranças do Sermão da Montanha, será possível construir um mundo mais humano, no qual será valorizada verdadeiramente a dignidade de todos os homens".

O artigo do Ir. Aleixo Maria Autran, FMS — "Os pobres entendem o mistério de Maria" — focaliza o sentido e as raízes da
devoção mariana da nossa gente,
salientando o valor pastoral desta devoção, e perguntando ao final do seu estudo: "Que nos diz
o povo em sua devoção a Maria?
Ou melhor, que diz o Espírito
Santo à sua Igreja através dos
"pobres e pequeninos" que Deus
ama e que amam a Mãe de
Deus?"

"A espiritualidade beneditina na Igreja do Brasil", é um estudo histórico, interessante e rico, de D. Estêvão Bettencourt, OSB, sobre a presença e influência da Ordem de São Bento na nossa Igreja. Ocorre este ano o sesquimilenário do nascimento de seu fundador. "É pois natural, diz o autor, que procuremos avaliar qual o papel que tem exercido a Ordem na Igreja do Brasil e que contribuição têm oferecido os mosteiros à configuração da Igreja em nosso país". Com a publicação deste artigo Convergência quer unir-se às alegrias da celebração deste jubileu e propiciar aos seus leitores elementos para um melhor conhecimento desta corrente de espiritualidade de tanta influência na vida da Igreja, e da figura de seus insigne fundador.

A Equipe de Reflexão Teológica da Regional Belo Horizonte nos oferece este mês um estudo sério e documentado sobre a vocação e a espiritualidade do religioso presbítero. O trabalho foi feito a pedido da CLAR que está dinamizando no continente a reflexão em torno ao assunto. A redação final é do **Pe. Cleto Caliman, SDB**, que com enorme acerto soube unir e sistematizar as contribuições de todos aqueles que refletiram sobre o assunto e cujos nomes constam da nota introdutória.

O tema da visita de João Paulo Il ao Brasil, continua sendo objeto de estudo e aprofundamento por parte da nossa Igreja. Julgamos, por isto, de grande interesse o artigo do Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ: "João Paulo II: as muitas faces da presença e da mensagem". Nele o autor faz uma análise acurada e perspicaz do significado desta viagem histórica, advertindo para o perigo de instrumentalização ideológica deste acontecimento singular na história da nossa Igreja e do nosso país.

O tema do Religioso educador desperta em nossos dias especial interesse. As reflexões da Ir. Ivone Gebara querem ajudar a um aprofundamento objetivo e lúcido do assunto, tendo como pano de fundo a palavra de Deus e os apelos da nossa realidade.

Na linha da comunicação de experiências, que Convergência vem apresentando há mais de um ano, nos fala neste mês a Ir. Teresa Araújo, FC, de Curitiba. Sua experiência foi relatada durante a XII Assembléia Geral da CRB e suscitou vivo interesse nos participantes.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

PELAS REGIONAIS

O primeiro semestre de 1980 foi rico em realizações e atividades em todas as Regionais da CRB. O espírito de serviço à Vida Religiosa no país, com sentido de colaboração subsidiária com as diferentes Congregações da própria Regional, foi o grande princípio norteador desta intensa e valiosa programação desenvolvida com tanto êxito. CONVERGÊNCIA recolhe alguns flashes da vida das Regionais com desejo de que este intercâmbio de experiências seja proveitoso aos leitores.

ENCONTRO DAS COORDENADORAS DIOCESANAS DA CRB -- REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS, SC

Realizou-se no dia 3 de julho de 1980, no Regional Sul 4, o Encontro das Coordenadoras Diocesanas de CRB, coordenado pela Diretoria e Equipe Executiva.

- 1. OBJETIVOS: Encontro fraterno de mútua entreajuda. Relatório da caminhada da CRB/SC no primeiro semestre. Replanejamento das atividades do 2º semestre e perspectivas para o próximo triênio. Preparação da XI Assembléia Regional de CRB/SC.
- 2. AGENDAS: Oração sobre mensagens colhidas, gravadas e que impressionaram sobre a visita do Papa ao Brasil. Retomada das Prioridades da CRB/SC e atribulções das Coordenadoras Diocesanas e Comarcais.

Alertou-se para que se reflita sobre: Qual é o sentido do religioso hoje no mundo? Qual a função do religioso hoje na Igreja e no mundo? O que é mesmo que a CRB está fazendo pelos religiosos? Qual é mesmo o papel e o trabalho da CRB/SC? Está atingindo a realidade e a vida dos religiosos, ou apenas realizando coisas para eles? Qual é nosso sinal de presença como religiosos? Somos talvez meros empregados baratos? Estamos de fato trabalhando para transformar a sociedade? Sentimos pobreza na formação permanente das Congregações. Revisamos uma lista de atribuições da Coordenadoria Diocesana e Comarcal.

Relatório da caminhada da CRB/SC no primeiro semestre: Cada Coordenadora Diocesana apresentou a situação da CRB na respectiva Diocese e notou-se que:

Há muita vitalidade no trabalho de promoção, animação e coordenação da Vida Religiosa.

Todas as Dioceses estão com suas respectivas Comarcas em funcionamento, com os dados estatísticos atualizados.

Na maioria das Equipes Comarcais há seriedade e dinamismo neste serviço.

Há um bom grupo de religiosos engajados na Igreja local.

Há um ótimo entrosamento entre as Congregações, boa participação nos Encontros Comarcais que em muitos núcleos acontecem mensalmente, onde se estudam e aprofundam temas atuais, reza-se, fazem-se retiros em conjunto, oportuniza-se um conhecimento mútuo dos religiosos para juntos buscarem o verdadeiro sentido do Ser Religioso.

Busca-se um relacionamento maior com os vigários das paróquias e com os religiosos masculinos; sempre um pouco desligados da CRB.

Houve Coordenadoras Diocesanas que visitaram juntamente com o Coordenador Diocesano de Pastoral, todas as Comunidades Religiosas, ressaltando o quanto de bem isto trouxe no sentido do conhecimento e estímulo mútuo, num trabalho de conjunto.

Há um trabalho bastante bom no sentido de os Religiosos assumirem o nível de animação muito mais abrangente que o nível de execução.

Foram realizados encontros com padres e Coordenadoras de Comunidades Religiosas para alcançar o objetivo de ser Igreja na Comunidade local, descobrindo assim a verdadeira identidade do Ser Reigioso.

As Assembléias Diocesanas estão sendo preparadas com muito dinamismo e criatividade. Por enquanto só aconteceu a da Arquidiocese de Florianópolis.

Quanto à Pastoral Educativa também foram feitos alguns encontros Comarcais onde se fizeram estudos e reflexões sobre uma educação libertadora. O trabalho de promoção vocacional está sendo feito dentro do espírito de Igreja.

Há Dioceses onde há Congregações que testemunham a vida missionária deixando partir seus membros para regiões mais necessitadas mesmo durante as férias.

A Pastoral da Saúde também esteve bastante dinamizada em algumas Dioceses.

Problemática levantada

Há no entanto Congregações que participam muito pouco dos encontros de Formação Permanente. Recebem uma formação desligada da consciência de Igreja, sem motivação comum, sem consenso de corresponsabilidade para fazer acontecer a Comunhão e Participação.

Há também dificuldade para um trabalho de conjunto onde a Coordenadora Diocesana não integra a Equipe Diocesana de Pastoral.

Há resistência de religiosos em participar dos encontros que visem exclusivamente o fortalecimento do ser, da presença significativa do religioso hoje no mundo.

Há falta de engajamento de religiosos nos planos da CRB e da CNBB.

Sugere-se que a CRB questione a prioridade Saúde Comunitária se não pertence antes à Pastoral Diocesana.

Fazer um questionamento junto aos Provinciais de como os Religiosos de sua Congregação ou Província estão vivendo o CARISMA na realidade diocesana.

O planejamento da CRB (atividade e prioridades) deverá ser feito em conjunto com o do Secretariado Diocesano de Pastoral.

Os encontros comarcais tinham como objetivo inicial a intercongregacionalidade. Este objetivo já foi alcançado em Santa Catarina. É preciso repensar, reatualizar o objetivo central dos encontros comarcais.

Há necessidade de unificar em todo o Regional o Dia do Religioso (19 de agosto?).

A Secretaria Executiva apresentou também uma síntese das atividades realizadas no primeiro semestre. Todo esforço convergiu para alcançar a meta de Promover, Animar e Coordenar a Vida Religiosa em Santa Catarina para realizar a missão da Igreja pelo anúncio do amor, no espírito de Cristo, em atitude de serviço à humanidade.

REALIZAÇÕES DA CRB REGIONAL DE SALVADOR, BA

Apresentamos as 4 perspectivas básicas lançadas pela ASSEMBLÉIA Regional de 1979. Nelas confronta-se nossa ação deste semestre.

- 1. Sobre os NÚCLEOS. Foi falado que se incentivasse os subnúcleos em suas atividades e interesses; e se procurasse dar aos núcleos acompanhamento, recursos e assessoria às pequenas comunidades. O Secretariado algo procurou fazer: Curso de Consciência Crítica para os Núcleos, Curso às Coordenadoras em Aracaju e encontro geral das Religiosas; Curso e encontro em Alagoinhas; Curso sobre Pastoral da Terra; Acompanhamento a grupos congregacionais... Alguma coisa foi feita pela graça do Senhor. O que notamos é certa dificuldade de seguir de perto a atividade dos Núcleos como a realidade mais ampla dos mesmos. As notícias do interior nos chegam com certa dificuldade; devese reconhecer que o ritmo é bem diferente do nosso da cidade.
- 2. Sobre a COMUNHÃO. Na Assembléia se recomendou uma comunhão de planejamento entre CRB, CNBB e AEC. O desejo de maior entrosamento voltou várias vezes nos nossos encontros, dentro do Grupo de Reflexão. Existe certo entendimento de vizinhança, entre esses organismos, mas não ainda de objetivos. A dificuldade maior parece con-

sistir na falta de encontros sistemáticos inspirados na experiência de vida ou ação planejada.

- 3. Sobre a PASTORAL VOCACIONAL. Dizia-se na Assembléia: Divulgar os trabalhos da equipe Vocacional. Neste setor não houve possibilidade de nenhum entendimento formal com a equipe vocacional arquidiocesana. Algo poderá se concretizar no próximo semestre.
- 4. Sobre ESPIRITUALIDADE E VIDA RELIGIOSA. Na Assembléia se desejou a descentralização dos Retiros e dos Cursos do Interior. Quanto ao "descentralizar", não houve grandes acontecimentos, fora das visitas realizadas pelo secretariado aos núcleos. Os encontros mensais de diretoria, de estudo dos Exercícios Espirituais, de Reflexão Teológica, foram realizados normalmente. Deu-se no que era possível, acompanhamento a Congregações através de Retiros e Encontros Congregacionais. Nesta quarta perspectiva básica foram intensificados mais os esforços do secretariado.

Atividade ao longo dos meses

1. No mês de FEVEREIRO, como sua primeira atividade, a CRB, organizou o encontro das Coordenadoras Provinciais, realizado no Colégio das Irmãs Sacramentinas. A preocupação principal foi procurar a "resposta dos Religiosos frente às exigências pastorais propostas nas Diretrizes Gerais e nas Orientações Religiosas da CNBB". O desejo nasceu de buscar princípios operativos gerais que permitissem avanços através de operações práticas. Desta maneira o Religioso poderia "SITUAR-SE nos Postos de Vanguarda" como é desejo dos Bispos. A partir desta conclusão, nasceu a proposta do Encontro dos Provinciais e seus conselhos, no dia 2 de maio, em Dom Amando.

No fim do mês (29/2 a 4/3) tivemos o Encontro Curso dos Coordenadores de Núcleos, em Mar Grande. A Irmã Carmelita de Freitas, da CRB Nacional, proporcionou-nos o Curso de Consciência Crítica que foi muito bem acolhido. No fim do Curso se refletiu sobre as "Características primordiais" dos núcleos, em três linhas: do fundamental evangélico, da encarnação na Igreja, da consciência política. Este primeiro encontro com as lideranças tem uma importância grande em dois sentidos: no da CO-MUNHÃO com a CRB Regional, no de CONHECER as dificuldades e canalizar esforços e recursos para os próprios núcleos.

2. No mês de MARÇO. Neste mês deu-se prosseguimento aos encontros regulares da Equipe de Reflexão e do Grupo de Retiro. A Equipe de Reflexão tentou situar-se na sua tarefa de acompanhar a reflexão dos Religiosos ao longo do ano. Tentou conscientizar-se sobre a necessidade de olhar a realidade com olhos mais atentos, e de seguir com maior atenção a reflexão teológica que nos vem da palavra da Igreja e dos estudos teológicos. O grupo de Retiro decidiu para este semestre aprofundar os PRESSUPOSTOS para uma experiência dos Exercícios Espirituais. Em termos inacianos: estudar a finalidade da experiência dos exercícios inacianos, as adições, as anotações, todo o

aspecto psicológico e antropológico da mesma experiência.

Nos dias 17 e 18 os Formadores de Noviciados estudaram entre si o Curso de Consciência Crítica do Pe. Libânio. A última iniciativa do mês realizada pelo Secretariado, foi com as COORDENA-DORAS DAS COMUNIDADES RELIGIO-SAS. Tiveram uma avaliação do que foi feito no ano passado.

Refletiu-se sobre proposta de continuar a acompanhar a AÇÃO MISSIONÁRIA no seu aspecto "qualitativo", isto é,
como os religiosos atuam junto aos pobres que visitam e socorrem. Enfim
houve uma conscientização no sentido
de assumir diretrizes e orientações da
Igreja. Foi reafirmada a validade dos
encontros das Coordenadoras e se marcou o próximo encontro, em que seria
proposta uma experiência de renovação
de uma Congregação.

3. No mês de ABRIL. É o mês do encontro com os núcleos de Alcobaça e Aracaju. Em Alcobaça, Diocese de Caravelas, (11-13 de abril) o Secretariado esteve presente assistindo a exposição dos três sistemas mentais, do Curso de Consciência Crítica (Libânio), apresentados pela coordenadora do Núcleo. O Secretário da CRB assumiu a última manhã do terceiro dia, abordando o assunto VIDA ESPIRITUAL E VIDA APOS-TÓLICA. O grupo levantou algum questionamento: 1. Qual o MODO de trabalhar e realizar uma AÇÃO APOSTÓ-TÓLICA, e como se desenvolve organicamente a fé cristã? 2. Um desenvolvimento da fé, caracterizado por grandes financiamentos do estrangeiro, não pode criar ALIENAÇÕES por uma ação acelerada, não bastante baseada na fé? E a pobreza nos recursos?

No fim do mês, o Secretariado orientou o seminário de COORDENADORAS das Comunidades de Aracaju, em SÃO CRISTÓVÃO: dias 23 a 30 de abril. O conteúdo do primeiro: Os três sistemas

mentais da consciência crítica; o povo de Deus numa comunidade libertadora e a inserção das comunidades religiosas no meio do povo. Reflexão teológica da INSERÇÃO (CLAR nº 33).

No segundo dia se abordou o histórico dos MODELOS de Pastoral partindo para um aprofundamento teológico-espiritual (Segundo Galilea, REB, nº 39). Em continuação se refletiu sobre a visão da Vida Religiosa a partir do Vat. II. Os pontos fundamentais através dos quais os V. R. passou, foram: obediência dentro da crise de autoridade; castidade dentro da perspectiva de abertura; Missão dentro da nova dimensão de povo assumida pelos religiosos.

Continuando, no terceiro dia, foram analisados os documentos de Puebla na perspectiva da missão apostólica dos Religiosos (Convergência nº 130), em seu aspecto de radicalidade dentro da visão cristã. No dia primeiro de maio, com todas as Religiosas de Aracaju, se tratou da Missão UNIVERSAL de todo engajamento.

4. No mês de MAIO. Tivemos neste mês seis atividades importantes: o Encontro dos Provinciais e seus conselhos; o Retiro Orientado; o Encontro das Religiosas em preparação da visita do Papa em Salvador; o Curso de Consciência Crítica para as Religiosas de Salvador, o Encontro das Religiosas com Dom Avelar, um encontro de dois dias do grupo de Formadores da Regional, continuando o estudo sobre Consciência Crítica.

O encontro dos Provinciais em DOM AMANDO. Estiveram presentes 5 Conselhos masculinos e 10 Conselhos femininos. Ao todo eram 70 religiosos presentes. O tempo foi pouco para aprofundar e confrontar as experiências apresentadas e chegar, depois, a novas perspectivas. No breve tempo disponível foram apresentadas algumas prioridades, ou alguns interesses urgentes:

- Sobre o CARISMA: ao redor dessa realidade de graça somos chamados a responder às necessidades e cuidar dos "GESTOS" significativos.
- Sobre a FORMAÇÃO: apareceu a preocupação da inserção progressiva e da comunhão com o governo provincial.
- Vida COMUNITÁRIA: No cultivo da fraternidade evangélica, valorizar a pessoa e evitar o ativismo.
- COMUNHÃO: apontou-se a necessidade de uma união maior entre as Congregações em vista de certas missões ou programações. Insistiu-se também na comunhão frente ao trabalho de conjunto da Diocese.

Retiro ORIENTADO: de 5 a 15 de maio. Participaram 18 irmãs com dois coordenadores. Neste Retiro se fez mais clara a exigência de dosar dentro do Retiro três linhas subjacentes: a cristológica, a antropológica, a eclesial. Na função das três linhas se tentou encontrar as linhas fundamentais da espiritualidade de Puebla. Constatamos que o grupo que fez este Retiro não deve ser numeroso, as pessoas preparadas para uma experiência espiritual de muita pobreza; o acompanhamento dos orientadores muito discreto.

Encontro com as COORDENADORAS LOCAIS: 25 de maio. Para este encontro se prontificou uma Congregação, as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras para apresentar sua caminhada e seus planos de renovação. O grupo que se apresentou foi muito feliz na exposição de sua história de renovação. A originalidade de apresentação foi o projeto de "renovação planejada", com Marco teológico, objetivos gerais e metas concretas. Foi combinado que no próximo encontro seriam levantados certos aspectos das tensões que uma renovação sempre provoca, interna e externamente.

Encontro de DOM AVELAR com os RE-LIGIOSOS. O Pastor quis ter um contato pessoal com os Religiosos com vista a preparar a vinda do Papa. Foi muito bom, sobretudo no aspecto de manter dialógo com o Bispo.

O mês de JUNHO: Neste mês tivemos cinco acontecimentos importantes: o Encontro do Internúcleo de Feira-Alagoinnas; os dois encontros em Aracaju e em Salvador do GRO (Grupo de Retiro Orientado), o Retiro intercongregacional; o seminário sobre Pastoral da Terra.

Internúcieo FEIRA-ALAGOINHAS. Neste encontro mais uma vez foram apresentados os três esquemas mentais da Consciência crítica, assunto que esteve a cargo das próprias Coordenadoras. O Secretário concluiu o dia realçando as interferências dos nossos esquemas mentais no comportamento e na compreensão do próprio compromisso comunitário e eclesial do Religioso. Valeu o esforço. O Senhor nos abençoou com alegria e comunhão.

Encontros GRO em ARACAJU e SAL-VADOR. Com estes dois encontros intensivos foi concretizado o objetivo proposto no começo do ano: rever toda a parte introdutória à experiência dos Exercícios Inacianos. Em concreto foram aprofundados os primeiros 4 capítulos do livro de Pe. Ricardo Antoncich: a estrutura interna dos Ex.; a antropologia dos Exercícios; a história da Salvação nos Exercícios; o destino escatológico do homem. Em Aracaju assistiram ao encontro 7 religiosas, um sacerdote, c uma leiga; em Salvador 11 religiosas e uma leiga. O livro ajudou muito para uma síntese da antropologia iniciada com vistas a uma eclesiologia latinoamericana.

Retiro intercongregacional em MAR GRANDE. Os retiros intercongregacionais pregados pelo Pe. Gardenal, continuam a dar resposta aos anseios de oração de um bom grupo de religiosas da Regional. Isto não parece excluir, porém, a necessidade de oferecer outras alternativas de Exercícios Espirituais,

Seminário sobre a Pastoral da Terra (23-26). Participaram neste encontro 25 entre Religiosos e Religiosas de toda a Regional. O Seminário nasceu de um desejo da Assembléia em vista de colocar os Religiosos a par dos acontecimentos, das leis, da complexa realidade da problemática Pastoral da Terra. Os participantes foram pessoas muito compromissadas com as realidades referentes ao tema. Mais tarde poder-se-á avaliar a utilidade desse encontro.

Noviciado intercongregacional. O Curso Intercongregacional para Noviços(as) de 19 e 29 ano contou, neste 19 semestre, com a participação de 57 noviços de 15 congregações, e a presença de vários formadores. O 19 ano do Interteve a seguinte programação: Liturgia, História da Salvação e Teologia da Vida Religiosa. O 29 ano estudou a Realidade Brasileira, Consciência Crítica, o Amor e a Sexualidade, os votos de Castidade, Pobreza e Obediência. Nota-se um crescente interesse e participação das Congregações.

Conclusão. O Secretariado, neste primeiro semestre, sentiu-se um tanto sobrecarregado em seu trabalho. Contudo, vai aos poucos superando suas dificuldades.

ATIVIDADES DA — CRB REGIONAL DO RIO DE JANEIRO, RJ

No fim do 1º semestre do ano depara a Vida Religiosa, no Brasil, esti-1980, ano de esperanças e de graças mulada e animada por S.S. o PapaJOÃO PAULO II, no seu encontro com os Religiosos, na Catedral do Rio de Janeiro e em todo o seu peregrinar pelos vários rincões deste imenso Brasil, a CRB Regional Rio de Janeiro vem apresentar o seu relatório semestral. Obedecendo ao seu objetivo de "promover a busca de um processo participado e corresponsável de renovação da Vida Religiosa, para uma resposta eclesial mais autêntica, mais encarnada e mais fraterna aos apelos da realidade do Rio de Janeiro", programou suas atividades, a partir de 2 Projetos: I - FOR-MAÇÃO. II — ANIMAÇÃO DA VIDA RE-LIGIOSA.

1 — PROJETO I — FORMAÇÃO. Após dois dias de estudo e reflexão, os Religiosos Formadores — Mestres de Noviços, de Postulantes e de Professos — sentiram a necessidade de alguns encontros específicos para eles, antes de fazer qualquer programação para os formandos. Assim, dois encontros, de um dia cada, se realizaram, nos dias 18 de abril e 6 de junho, na sede do Regional, à rua Humaitá, 170 — Botafogo. Os temas dos mesmos foram: Identidade X Autoafirmação. Relações interpessoais.

Logo após o primeiro encontro, mais uma vez refletiram os formadores sobre a viabilidade de encontros para formandos. Resolveu-se, então, enviar uma circular aos mesmos, solicitando seu parecer sobre a importância desses encontros, se os interessavam, e qual o tema que poderia servir de ponto de partida para os demais. De posse das respostas, programou-se um encontro para Postulantes e Noviços, e um outro para Professos e Junioristas, com os temas respectivos: Integração do processo humano pela oração. Vida comunitária fraterna e Ação Pastoral.

Após a realização de cada encontro, far-se-á a programação para os que, porventura, se seguirem.

2 — PROJETO II — ANIMAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA. Este projeto contém divisões, referentes às suas diversas modalidades.

PROJETO II A — ATENDIMENTO AOS RELIGIOSOS DA FAIXA ETÁRIA DOS 60 ANOS. Dois encontros, de uma tarde cada um, se realizaram: o primeiro no Colégio da Imaculada, Conceição e o segundo no Instituto Isabel, tendo com temas, respectivamente: Vida Comunitária; Vida de Oração.

PROJETO II B — ANIMAÇÃO DOS COORDENADORES (Superiores locais). Igualmente dois encontros, com a duração de um dia cada, se realizaram, em março e em maio, no Cenáculo, com os seguintes temas: Relações interpessoais à luz de Jesus Cristo; Maturidade afetiva.

PROJETO II C — RELIGIOSOS QUE ATUAM NA ÁREA DE SAÚDE. Um dia inteiro de reflexão sobre: Paternidade responsável e Problema demográfico, sob a orientação de Frei Antônio Moser, congregou cerca de 70 religiosas, interessadas no assunto, tão importante quanto oportuno. O encontro se deu na sede do Regional.

PROJETO II D — RELIGIOSOS QUE TRABALHAM EM PENSIONATOS. Numa tentativa de iniciar a PASTORAL DOS PENSIONATOS, cerca de 25 Religiosas que trabalham em Pensionatos se reuniram para ouvir a palavra do Padre Daniel Bissolli, Salesiano, cuja experiência de convivência com jovens estudantes e universitários já é bastante conhecida. O encontro, de uma tarde, se deu na sede do Regional.

RETIRO INTERCONGREGACIONAL. De 23 a 29 de junho p.p. teve lugar na Casa Provincial das Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo, o retiro intercongregacional, pregado pelo Padre JERÔNIMO FINLKLER, Missionário da Sagra-

da Família. O pregador, verdadeiro homem de oração, agradou multíssimo, e, de acordo com as apreciações feitas

pelas participantes, a única faceta negativa foi o pequeno número de religioses que dele participaram.

CRB — REGIONAL DE SÃO LUÍS, MA. ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

1 - ENCONTRO DAS FORMANDAS

— Num clima de muita alegria e fraternidade, transcorreu o encontro das Formandas da nossa Regional, no Sítio São Francisco, Maracanã, nos dias 11 a 15 de fevereiro último. O Encontro foi assessorado pelas Irmãs Alice Tholuin, Agueda Larou e Maria do Carmo Monteiro e contou também com a presença de duas Formadoras. O tema de aprofundamento foi: VIDA RELIGIOSA E ALIANÇA.

Pesquisas e reflexões tiradas da nossa realidade, do Antigo Testamento e da Vida de Jesus, levaram às seguintes conclusões: O homem é um ser criado para relacionamento, comunicação e aliança. Deus quando faz uma aliança é para enviar para uma missão. Jesus, o grande consagrado do Pai, dedica sua vida às Obras do Pai. O encontro teve seu encerramento com a celebração da Eucaristia presidida pelo Frei João de Deus, membro da Diretoria Regional.

2 — I? SEMINÁRIO INTER-REGIO-NAL DE SAÚDE. Foi realizado o I? Seminário Inter-Regional de Saúde (Maranhão, Piauí, Ceará e Recife), nos dias 16, 17, 18 e 19 de fevereiro, em Socopinho, Teresina, coordenado pelo Pe. Antonio Cambron, Irmãs Ani e Speciosa do GTS de São Luís e Pe. Mateus, da Sub-Regional de Teresina. Contou com a presença de 32 participantes — Religiosas e leigas, engajadas no setor saúde.

O tema do encontro foi: SAÚDE É DE TODOS! A QUE PREÇO? No decorrer do Seminário, foram colocadas e analisadas as várias experiências dos participantes bem como outros pontos

de grande importância para continuidade da caminhada do Grupo de Trabalho de Saúde.

Como conclusão, foram firmados os seguintes pontos:

- 1 Cada Região promova durante o ano, dias de estudo para aprofundar melhor a visão e missão de saúde, partindo dos pontos prioritários, que foram descobertos no Seminário.
- 2 Desenvolver um método de educação Popular de Saúde a ser experimentado, possibilitando a elaboração de novos métodos, segundo a realidade a ser atingida.
- 3 Solicitar à CRB Nacional, a atualização do dinheiro empregado nas Bolsas de estudo, em outras formas educativas, a fim de contribuir na Formação de Agentes Populares de Saúde, por ser constatado que o sistema educativo está tormando só elites.
- 4 Que sejam promovidas visitas para troca de experiências, entre os Estados vizinhos e Regiões.
- 5 Que a CRB Nacional inclua no planejamento do III Seminário Nacional de Saúde, o tema da Campanha da Fraternidade de 81, com objetivo de levar a uma ação concreta. O Seminário transcorreu num clima de muita responsabilidade, confiança e amizade.
- 3 ENCONTRO GERAL DOS (AS) RELIGIOSOS (AS) DE SÃO LUÍS. Dia 16 de março, realizou-se o encontro Geral dos Religiosos (as) de São Luís, no Colégio Maranhense dos Irmãos Maristas. O encontro foi assessorado por D. Motta,

Arcebispo de São Luís, e obedeceu o seguinte roteiro: Síntese do encontro dos Bispos em Itaici. Campanha da Fraternidade e Congresso Eucarístico. Reflexão sobre: A Religiosa e seu engajamento na Pastoral da Arquidiocese.

Na oportunidade, a Secretária Executiva deu maiores esclarecimentos sobre a Lei Nº 6.696 do INPS, prazos para inscrição e averbação, etc... As 17,30hs, foi celebrada a Eucaristia que foi o ponto alto do encontro.

4 — HORA SANTA EUCARÍSTICA. A pedido de muitos Religiosos(as), a Diretoria Regional programou para todas as quintas-feiras, das 19,30 às 20,30 hs., uma Hora Santa Eucarística, na Igreja do Carmo dos Padres Capuchinhos.

ATIVIDADES DA CRB — PORTO ALEGRE, RS

As atividades realizadas no 1º semestre/1980, procuraram responder aos programas do Plano Trienal 1978-1980/ CRB-RS: Destacamos aqui o que se refere à FORMAÇÃO.

Retiros: Foram realizados 03 retiros intercongregacionais em janeiro/80: dois, orientados pelo Pe. Gardenal, SJ, com a participação de 56 religiosos no primeiro e 72, no segundo. O terceiro, orientado pelo Fr. Adelino Pilonetto com a presença de 43 religiosos.

Cursos: Para 72 Junioristas e Escolásticos nos dias 04 a 11 de janeiro, abordando o tema, Vida Religiosa e Integração Comunitária. 5º e 6º cursos de Formadores e Animadores de Comunidades Religiosas, ambos, com duração de 30 dias, em janeiro e abril. O objetivo dos mesmos foi aprofundar e renovar a Vida Religiosa para uma vivência fraterna e evangélica.

Temário desenvolvido: Psicodinâmica da Vida Religiosa. Análise da Realidade. História e Teología da Vida Religiosa. Aspectos da Moral. Ministério da Coordenadora. Mística da Oração (no 5º). Bíblia e Engajamento (no 6º).

Culminando o curso, um retiro oportunizou maior e mais profundo encontro com Deus, consigo mesmo e com o outro, conforme depoimento dos participantes. O Noviciado Intercongregacional, 19 e 29 ano, ministrado ao longo do semestre por diversos professores, tem suas aulas duas vezes por semana. Os 72 noviços do 19 ano cumprem a programação que segue: Iniciação à Oração. Fundamentação Evangélica da Vida Religiosa. Realidade Brasileira. Formação da Personalidade.

E os 54 noviços do 2º ano: Liturgia. Votos. Moral Fundamental. Sagrada Escritura. História da Vida Religiosa. Carisma das Congregações.

Para as Comunidades Religiosas Inseridas em Meios Populares, realizou-se de 29/05 a 03/06, curso sobre Metodologia de Análise da Realidade e Espiritualidade da Inserção. Desta forma foi concretizada a solicitação dos Provinciais reunidos na XI Assembléia Geral Extraordinária, de outubro/79. Estiveram presentes 49 religiosos de 16 congregações.

Encontros. A CRB/CNBB em promoção conjunta, proporcionaram aos Pregadores de Missões Populares três dias de estudo e reflexão sobre: Realidade, Dificuldades, Estruturação, Vivência, Objetivos e Metodologia na pregação da Missão. Os 126 jovens que participarão do Noviciado Intercongregacional, se encontraram nos dias 1 e 2 de março para se conhecerem e estabelecerem maior integração, através de dinâmica apropriada. Troca de experiências e organização de plano comum para a formação inicial, motivaram 4 dias de parada a 50 formadores de 30 congregações. Os trabalhos se desenvolveram, em três momentos: Realidade. Iluminação Teológica da mesma. Elaboração de Critérios, Políticas e Estratégias.

Os provinciais, em número de 51, representando 36 congregações, reunidos, no dia 08 de abril, além de outros assuntos, prepararam-se para a XII Assembléia Geral Ordinária, refletindo sopara a Comunhão e Participação. Na continuidade do encontro, dia 09 de abril juntamente com os Bispos das 15 Dioceses, fizeram experiência de "convívio" em pequenos grupos e em plenário. Deste convívio surgiram prioridades a serem assumidas pela Igreja do Regional Sul III: Opção pelos Pobres, Melhor Distribuição dos Religiosos, Maior Participação dos Religiosos no Planejamento Regional e Diocesano e Promoção Vocacional.

A ESPIRITUALIDADE BENEDITINA NA IGREJA DO BRASIL

Dom Estêvão Bettencourt, OSB

Rio de Janeiro, RJ

Cada família religiosa é a expressão concreta de um carisma, em função do qual ela ocupa um lugar e exerce sua missão na S. Igreja e no mundo. Tal é, entre outras, a família monástica beneditina, que celebra neste ano de 1980 o sesquimilenário do nascimento do seu fundador. É, pois, natural que procuremos avaliar qual o papel que tem exercido a Ordem monástica na Igreja do Brasil ou que contribuição têm os mosteiros oferecido à configuração da Igreja em nosso país. Em vista disto, proporemos, antes do mais, alguns dos grandes traços da espiritualidade beneditina; depois examinaremos como possam ter repercutido na formação do povo de Deus que vive no Brasil.

1. Espiritualidade beneditina

São Bento fundou os seus primeiros mosteiros nos séculos V/VI, como herdeiro da tradição monás-

tica que tivera origem nas ermidas e, depois, nos cenóbios do Egito, da Palestina, da Síria, da Ásia Menor... São Bento seria no Ocidente o codificador dessa tradição, procurando adaptá-la às circunstâncias da sua época. A vida monástica, aliás, não é senão a vida cristã que o monge procura viver tão coerentemente quanto possível; implica basicamente na participação cotidiana da Páscoa, isto é, da morte e da ressurreição de Cristo. O monaquismo procura proporcionar o quadro sensível de despojamento e morte ao velho homem para que a vida sacramental se possa expandir no cristão. É por isto que São Bento propõe aos seus monges, de um lado, a renúncia aos bens exteriores e à vontade própria e, de outro lado, a oração; sobre esta dupla base o filho de São Bento exerce o trabalho que as circunstâncias lhe impõem; na verdade, os mosteiros beneditinos não têm finalidade apostólica específica, ou seja, não foram fundados para atender a determinado desafio da história da Igreja.

O gênero de vida assim inspirado pela Regra de São Bento foi, aos poucos, expresso pela fórmula "Ora et labora" (Ora e trabalha).

"Ora"... Inclui não só a oração particular, mas também a oração oficial da Igreja, celebrada comunitariamente nos sucessivos momentos do dia e da noite. Escreve São Bento: "Operi Dei nihil praeponatur" (ao Ofício Divino nada seja anteposto). Foi este preceito da S. Regra que levou os monges ao cultivo da S. Liturgia, que nos mosteiros de Cluny (século X) tomava a forma da laus perennis ou do louvor perene.

Para alimentar a vida de oração, São Bento aponta aos seus filhos a chamada lectio divina ou a leitura da S. Escritura e de obras de espiritualidade; esta deveria ocupar, segundo a S. Regra, a média de quatro horas diárias do monge. Está claro outrossim que a vida de oração exige, como concomitante inseparável, a ascese ou a mortificação dos instintos e paixões desregradas.

"Labora"... O trabalho no mosteiro não é somente fator de subsistência material, mas vem a ser também instrumento de ascese e disciplina interior, pois, como diz São Bento, "a ociosidade é inimiga da alma" (S. Regra, c. 48). O Patriarca insiste em que os monges são se deixem ficar no ócio vazio, a tal ponto que, se algum irmão não tem aptidão para ler mais prolonga-

damente em domingo, deve ser encaminhado ao trabalho manual (S. Regra, c. 48).

Nos primeiros séculos de sua história, os monges beneditinos se aplicaram principalmente ao trabalho agrícola; ensinaram aos bárbaros a lavoura e as artes manuais. Todavia, desde que se foi implantando o costume de conferir cos monges a ordenação sacerdotal, os mesmos se viram mais e mais solicitados pelo trabalho intelectual Este chegou a imprimir nota assaz característica a vários mosteiros beneditinos, destacando-se, entre outros, os da Congregação de São Mauro na França dos séculos XVII e XVIII.

É de notar, porém, que não somente no tocante ao tipo de trabalho, mas também com referência a diversas instituições de sua Regra, São Bento quis frisar a flexibilidade ou a possibilidade de adaptação das mesmas a novas e novas circunstâncias. Tenham-se em vista, por exemplo, as observações referentes à distribuição dos salmos do Ofício Divino (c. 18), à cor e à grossura do hábito monástico (c. 55), à medida de vinho (c. 40), ao regime do jejum (c. 41), etc. Esta flexibilidade, também chamada discrição (1), é tida como uma das notas típicas da Regra beneditina; está longe de significar mediocridade; implica, sim, da parte do monge, a capacidade de avaliar a proporção existente entre tal ou tal meio de santificação e a própria santificação; é a virtude que estima a adequação, o propósito e a medida de cada instrumento em vista do fim ao qual é destinado e

que, consequentemente, tem a coragem de trocar os meios menos oportunos por outros mais adequados, desde que as circunstâncias o sugiram ou exijam. A discrição incutida pela Regra de São Bento permitiu que esta tivesse a vitalidade que a fez atravessar os séculos de modo a ser até hoje escola e guia de perfeição cristã.

Após esta sumária exposição do que seja o âmago da espiritualidade beneditina, vejamos como esta se afirmou no Brasil.

2. ... No Brasil

Segundo a documentação existente, os primeiros beneditinos chegaram ao Brasil em 1581 ou 1582, quando Frei Antônio Ventura, com alguns co-irmãos, fundou o primeiro cenóbio do continente em Salvador (Bahia). Desta cidade expandiram-se os monges para Olinda (entre 1582 e 1586), para o Rio de Janeiro (por volta de 1588), para a Paraíba (1595) e para São Paulo (1598). Aos poucos foram fundando ainda outras casas no Nordeste, a Leste e na província de São Paulo

A irradiação dos monges pode ser estudada em duas etapas: até o século XX e no século XX.

2.1. Até o século XX

Nos tempos da colônia, os monges levaram vida de oração e trabalho principalmente dentro dos próprios mosteiros, sem grandes compromissos fora destes. Entre eles houve teólogos de renome, como Frei Mateus da Encarnação Pinna (1687-1764), que escreveu a obra antijansenista "Defensio purissimae et integerrimae doctrinae Sanctae Matris Ecclesiae adversus errores Paschasii Quesnel", obra apontada como o único trabalho contra o jansenismo escrito na América do séc. XVIII; Frei José da Natividade (1649-17,14), Frei Gaspar da Madre de Deus (1714-1800), Frei Antônio de S. Bernardo (1703-1774). Registram-se também os nomes dos conversos Frei Ricardo do Pilar († 1700), exímio pintor, e Frei João Soares († 1688), que morreu em fama de santidade.

Sob o Império (séc. XIX), os mosteiros se ressentiram da lei que, a partir de 1855, lhes proibiu receber noviços (2), o que provocou certa estagnação da vida monástica. Ocorrem todavia os nomes famosos de Frei Rodrigo de S. José, chamado pelo Governo para o cargo de Vice-Reitor do Imperial Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, cargo onde permaneceu de 1839 a 1851; Frei José de Santa Maria Amaral, que em 1858 fundou no Rio de Janeiro um colégio até hoje existente (Colégio São Bento) e foi nomeado pelo Imperador Dom Pedro II "lente de filosofia de suas sereníssimas filhas, as augustas princesas d. Izabel e d. Leopoldina". É de notar que o Colégio compreendia então três graus: o primário, o secundário e o superior ou teológico. Este último teve duração efêmera, pois os alunos preferiram o Seminário São José, "onde então reinava a maior bonança" (3). O Colégio correspondia a necessidade pública, pois no primeiro ano contou trezentos alunos, no segundo seiscentos e no terceiro setecentos. Completando a obra do Colégio, Frei José da Purificação Franco em 1863 fundou no mosteiro do Rio um internato para jovens pobres que se quisessem dedicar ao ministério sacerdotal, "comprometendo-se a dar-lhes, ao lado de instrução gratuita, tudo o mais que necessário fosse".

Também não se pode silenciar o fato de que a primeira Faculdade de Direito no Brasil funcionou no Mosteiro de São Bento de Olinda sob o reinado de D. Pedro I.

Proclamada a República, o Abade Geral da Congregação Beneditina do Brasil, Frei Domingos da Transfiguração Machado, pediu à Santa Sé enviasse monges estrangeiros que repovoassem os mosteiros e nestes restaurassem a vida regular. S. Santidade o Papa Leão XIII incumbiu de tal missão a Congregação Beneditina de Beuron, que mandou ao Brasil D. Gerardo van Caloen (de Maredsous, Bélgica) e seus companheiros em 1895; estes, com grande coragem e abnegação, foram aos poucos reformando a vida monástica desfalecente nos antigos cenóbios do Brasil. Começou então nova fase da presença dos beneditinos em nosso país, como veremos a seguir.

2.2. No século XX

Os restauradores trouxeram Los mosteiros do Brasil não somente sangue novo, mas também uma mentalidade revigorada nas mais autênticas fontes do monaquismo. Com efeito, em meados do século

XIX processou-se na Europa a restauração da vida monástica (abatida pelos golpes da Revolução Francesa de 1789 e do Racionalismo ou Iluminismo) sob a direção de grandes monges: D. Abade Próspero Guéranger, que fundou em 1838 o priorado de Solesmes, após quatro anos elevado à categoria de Abadia, com grande projeção na França e fora desta. Os irmãos Wolter, D. Mauro e D. Plácido, com sede em Beuron (Alemanha), fizeram obra paralela à de D. Guéranger a partir de 1863.

Estes monges comunicaram às suas comunidades um espírito novo, marcado por duas grandes características:

— incondicional fidelidade à Santa Sé, em réplica às tendências nacionalistas do Galicanismo (França), do Josefinismo (Austria e Alemanha), do Febronianismo (Alemanha) e do Sínodo de Pistoia (Itália, 1786) (4);

— cultivo da Liturgia. Esta seria, de um lado, a expressão da fidelidade à Santa Regra e ao espírito de São Bento contra correntes secularizantes ou espúrias que haviam minado e minavam comunidades dos últimos decênios. De outro lado, viria a ser também a reafirmação do sentire cum Ecclesia (pulsar com a Igreja) que impregnava todos os planos dos restauradores. Além do que, o amor à Liturgia significaria para as novas comunidades a revitalização da piedade e a volta às fontes da vida cristã (S. Eucaristia e sacramentos, S. Escritura, Patrística...) que o jansenismo havia atenuado na mente e na vida de muitos cristãos; instaurar-se-ia assim a piedade sobre valores eclesiais em lugar da devoção subjetiva e amedrontada que o jansenismo inspirara.

Como se compreende, os primeiros monges restauradores não puderam desenvolver, desde o início da estada no Brasil, a sua obra de espiritualidade, pois tiveram que lutar com dificuldades de adaptação ao clima e às novas condições de vida. Aos poucos, porém, foram-se desabrochando as sementes que trouxeram para a nossa terra. Tentaremos explanar a sua influência considerando sucessivamente a Liturgia, a educação da juventude, o cultivo da Teologia e as missões na Amazônia.

2.2.1. A Liturgia

A formação litúrgica do povo de Deus desde o fim da Idade Antiga até a época contemporânea foi-se ressentindo de fatores depauperautes; em consequência, durante longos séculos o significado da Liturgia — culto oficial da Igreja e aplicação, aos homens, da obra da Redenção — foi praticamente ignorado pela grande maioria; a Liturgia era preponderantemente considerada como rubricismo ou como regulamentação do cerimonial do culto divino; os fiéis que assistiam à S. Missa, viam nesta muitas vezes a ocasião de rezar o terço ou atender à devoção particular...; a S. Comunhão era ministrada com facilidade fora da Missa como se fosse apenas o sacramento de maior união com Cristo.

Os mosteiros beneditinos, embora tenham sido no decorrer dos tempos afetados por tal depauperamento da piedade, eram, apesar de tudo, portadores dos princípios de autêntica renovação, pois São Bento lhes assinalara como tarefa palmar a celebração do louvor divino, que lhes ocasionava o contato assíduo com as fontes mais genuínas da espiritualidade (S. Escritura, Patrística e sacramentos). Eis por que em meados do século XIX D. Guéranger e os irmãos Wolter, ao restaurar a vida monástica na França e na Alemanha, se dispuseram a fazer desta um foco de autêntica piedade litúrgica em réplica às consequências do Jansenismo, do Galicanismo e do Febronianismo. Os monges que vieram para o Brasil em fins do século XIX, achavam-se imbuídos de tal espírito; tenha-se em vista, por exemplo, a figura de D. Gerardo van Caloen, que na Bélgica editara o primeiro Missal dos fiéis em vernáculo com o título "Missel des Fidèles"; D. Gaspar Lefèbvre, que foi prior do mosteiro do Rio de Janeiro e Abade da Paraíba, fez obra semelhante.

Os frutos da nova mentalidade começaram a fazer-se sentir mais concretamente a partir da década de 1930 sob a ação de D. Abade Tomás Keller, D. Martinho Michler, D. Beda Keckeisen (tradutor e editor do Missal em português), D. Rafael Wacker, D. Policarpo Amstalden... A formação litúrgica transmitida a jovens universitários do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Aracaju... suscitou o entusiasmo dos

mesmos, de modo que vários abraçaram a vida beneditina ou dominicana. A Ação Católica Brasileira, fundada oficialmente pelo Cardeal D. Sebastião Leme em 1935, desde os seus inícios adotou o espírito renovador da Liturgia, visto que os seus primeiros militantes se haviam impregnado de tal espírito; a formação litúrgica avivava nos fiéis a consciência de Igreja como Corpo de Cristo, no qual todos são corresponsáveis pela expansão do Reino de Deus; enfatizava o significado dos sacramentos, entre os quais sobressaíam o Batismo e a Crisma como formas de participação do sacerdócio de Cristo, e a Eucaristia como comunhão na Páscoa ou na vitória do Senhor; a formação litúrgica levava outrossim às fontes bíblicas e patrísticas da piedade, visto que a S. Liturgia vem a ser a ressosância dos textos bíblicos e da espiritualidade cristocêntrica e eclesiocêntrica dos Padres da Igreja (5). É certo que não se poderia dar mais sólida fundamentação à militância católica do que aquela inspirada pelas grandes verdades da fé vividas na S. Liturgia. A Ação Católica assim estruturada no Brasil produziu numerosos frutos: vários bispos fomentaram simultaneamente espírito litúrgico e militância cristã, marcando profundamente algumas regiões do Brasil.

O despertar litúrgico correspondia fielmente aos anseios da S. Igreja, que Pio X (1903-1914) começara a expressar, dissipando resquícios da mentalidade jansenista que mantinha muitos fiéis alheios à S. Eucaristia. Em 1947, o Papa Pio XII publicava a encíclica "Mediator

Dei", que incitava clérigos e leigos a prosseguir na renovação litúrgica... renovação esta que chegou a seu ponto alto no Concílio do Vaticano II pela promulgação da Constituição "Sacrosanctum Concilium".

Após o Concílio do Vaticano II é de salientar especialmente a obra de algumas comunidades monásticas femininas, que vêm tentando adaptar o canto gregoriano à língua vernácula. Têm conseguido resultados assaz positivos tanto no plano estético como no pastoral.

Aliás, para facilitar aos fiéis a vida de oração inspirada pela S. Liturgia, os mosteiros beneditinos costumam ter sua hospedaria, na qual recebem retirantes, isolados ou grupos, que desejem reabastecer-se interiormente.

2.2.2. Educação da juventude

Os mosteiros beneditinos existentes no Brasil integravam a Congregação Lusitana durante todo o período colonial. Após a proclamação da independência em 1822, os doze cenóbios do Brasil passaram a constituir a Congregação Beneditina Brasileira, que o Papa Leão XIII erigiu oficialmente mediante a Constituição "Inter gravissimas" de 19/07/1827 (6). Neste documento o S. Padre apontava aos monges a educação como tarefa a que se dedicassem em fidelidade à secular tradição da Ordem monástica:

"Seguindo os ilustres exemplos de seus antepassados, apliquem-se os monges com diligência ao estudo das ciências divinas e humanas e dediquem-se à instrução dos adolescentes, antes do mais, nas disciplinas sagradas. Estejam as escolas dos mosteiros abertas também aos seculares, de modo que estes possam ter fácil acesso às mesmas, a fim de aí ser iniciados nos estudos da Filosofia e da Teologia; esta, aliás, sempre foi a tradição dos mosteiros de muitos países da Europa, resultando daí grandes benefícios para a pátria".

É o que explica que desde meados do século XIX os monges do Brasil tenham assumido a tarefa da educação e instrução da juventude; como dito, em 1858 o mosteiro do Rio fundou a sua escola, que compreendia um curso de Teologia (de efêmera duração); tal escola oferecia ensino gratuito até 1914 (7). O mosteiro de São Paulo criou seu colégio em 1903; mais recentemente foram fundados os de Salvador e Olinda. Hoje em dia outras famílias beneditinas que se estabeleceram no Brasil durante o século XX (Beneditinas Missionárias de Tutzing, Beneditinas Olivetanas, monges húngaros de Pannonhalma, monges valombrosanos e olivetanos) mantêm seus educandários de primeiro e segundo graus; tendo começado modestamente, foram-se ampliando a fim de responder às crescentes necessidades das populações do Nordeste e dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Em nível superior, o mosteiro de São Paulo fundou a Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento em 1908; foi escola pioneira no ensino superior da Filosofia no Brasil e o núcleo fundamental da futura Universidade Católica de São Paulo; a Faculdade foi em 1959 desligada do mosteiro. A Abadia de Olinda, por sua vez, deu origem em 1914 às Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária; a primeira (que foi pioneira no Nordeste) em 1917 passou a funcionar em Tapera, mas em 1936 foi extinta; veio a ser o núcleo originário da Universidade Federal de Pernambuco.

Verdade é que São Bento não deixou normas peculiares para a educação ou para o ensino em seus mosteiros. Não obstante, a tarefa da educação brotou como que espontaneamente da vida de muitas comunidades monásticas. Quais terão sido os motivos de tal fenômeno? — Podem-se apontar dois principais:

1) Os mosteiros beneditinos foram-se multiplicando em época desastrosa para a cultura, visto que as incursões dos bárbaros desde o século V contribuíam para a ruína do Império Romano e de sua civilização. Os monges se viram, pois, diante de claro apelo a tentar reerguer a sociedade e salvar a cultura antiga, impregnando ambas dos princípios do Evangelho. Para satisfazer a esta exigência, não se pode esquecer que os monges encontravam na S. Regra alguns princípios básicos, que com o tempo e a experiência se desdobrariam e dariam frutos maduros. Assim, ao referir-se ao Abade, propõe São Bento normas que inspiram qualquer educador: ensine não só pela palavra, mas também pelo exemplo (S. Regra, c. 2); odeie os vícios, ame os irmãos (ib.); procure servir a muitos, considerando as características de cada um (ib.); não ceda ao zelo excessivo, a fim de que, ao tentar raspar a ferrugem com demasiada veemência, não venha a quebrar o vaso (S. Regra, c. 64); procure ser mais amado do que temido, procure mais servir do que presidir, mais ser útil do que ser senhor (c. 64)...

2) Na S. Regra, São Bento prescreve aos monges a lectio divina ou a leitura de espiritualidade, que lhes deve ocupar em média quatro horas por dia, ou seja, 1.500 horas por ano (cf. c. 48). Esta norma do S. Legislador devia ter consequências de capital importância, pois impeliu os monges a dedicar especial atenção aos livros ou às bibliotecas e às escolas. No tocante a estas em particular, note-se que São Bento previu a admissão de analfabetos no mosteiro (c. 59); ora a acolhida de gente necessitada de formação num ambiente de vida apoiada na leitura tornou indispensável a instituição do ensino dentro dos mosteiros; este visaria não somente a alfabetizar, mas, como se compreende, teria em vista ajudar noviços e monges em sua vida de oração --- o que implicaria aprimoramento humano e cultural. Assim surgiram as escolas monásticas, que, com o tempo, se abririam também aos jovens seculares e tomariam feição adaptada à ampla tarefa do ensino religioso, humanista e científico.

2.2.3. O ensino filosófico-teológico

A fim de atender à formação de seus monges, a Congregação Benedi-

tina do Brasil criou em março de 1921, com a aprovação da Santa Sé, uma Escola de Estudos Teológicos, que atualmente tem sede no Rio de Janeiro. Em 1974, essa Escola se reorganizou e instituiu o seu curso de Filosofia em biênio, à guisa de propedêutica para a Teologia. No ano de 1977, foi filiada ao Pontifício Ateneu de Santo Anselmo (Roma) por decreto da S. Congregação para a Educação Católica, com o direito de conferir o grau de bacharelado em Teologia. Na década de 1970, a Escola começou a ser procurada por número crescente de seminaristas e leigos; atende atualmente às (arqui)dioceses de Natal, Niterói, Caicó, Caetité, Feira de Sant'Ana, Nazaré da Mata, Petrópolis, Nova Friburgo, Cascavel, assim como a algumas famílias religiosas.

A Abadia de São Bento em São Paulo mantém outrossim um Instituto de Filosofia, que a princípio foi concebido tão somente em função dos membros da comunidade. A Escola, porém, foi reestruturada em 1976, abrindo-se a seminaristas e outros estudantes de fora em turnos diurno e noturno.

O mosteiro de Olinda, em março de 1980, inaugurou um curso de Teologia, que dá sequência aos estudos de Filosofia já existentes no mosteiro e abertos aos candidatos ao sacerdócio.

Mediante o magistério filosóficoteológico, os mosteiros procuram transmitir algo da espiritualidade beneditina, que está muito relacionada com a sacra pagina e os estudos patrísticos; além das aulas, oferecem aos alunos a oportunidade de revigoramento espiritual pelo contato com o ambiente do cenóbio e a oração litúrgica. Na verdade, a oração deve levar ao aprofundamento das verdades da fé na teologia, e a teologia não pode deixar de conduzir os seus cultores à oração.

2.2.4. Missões no território do Rio Branco

Em 1907 aos monges foi atribuída a missão entre os índios no atual território de Roraima ou na bacia do Rio Branco (AM), área de cerca de 220.000 km², com uma população avaliada então em 10.000 habitantes, entre civilizados e aborígenes selvagens. Com o auxílio de Religiosas beneditinas missionárias, chegadas em 1921, empreenderam a evangelização daquela gente, embora fossem poucos. Destacou-se, entre outros, a figura de D. Alcuíno Meyer, que se dedicou ao estudo da língua e das tradições dos índios macuxis; colecionou numerosas lendas macuxis, algumas das quais foram publicadas; também organizou extenso fichário desse idioma, visando à publicação de um Dicionário, que não veio a lume. Outro benemérito apóstolo foi D. Vicente Oliveira Ribeiro, que não só como sacerdote, mas também na qualidade de médico, muito trabalhou pela grei que lhe fora confiada. Por dificuldades no recrutamento de missionários, os monges em 1948 entregaram a prelazia (hoje diocese) de Boa Vista (Roraima) aos Padres da Consolata.

Conclusão

Estas páginas tinham em mira avaliar o papel dos beneditinos na Igreja do Brasil... A tarefa não é fácil... O cronista pode coletar dados, como até aqui, de maneira modesta, foi feito. Todavia somente o Senhor pode conhecer com precisão o significado desses fatos. Diz muito sabiamente a Escritura: "O homem vê as aparências, mas Deus vê o coração" (1Sm 16,7). Há valores que os olhos e a razão não são aptos a apreender; basta lembrar a eficácia da oração e a fecundidade do sacrifício que configura a Cristo. --- Cabe aqui especial referência aos mosteiros de monjas: dispensados de obras externas, dedicam-se generosamente ao louvor de Deus e à intercessão em prol dos seus irmãos, os homens de todas as categorias... Esse "opus Dei" (Obra de Deus, como diz São Bento) está registrado no livro da vida e certamente desempenha papel fecundo, que só Ele pode avaliar, como lembram as oportunas palavras do S. Padre João Paulo II transcritas no Documento de Puebla:

"Um momento de verdadeira adoração tem mais valor do que a mais intensa atividade apostólica. Esta é a contestação mais urgente que os Religiosos devem opor a uma sociedade onde a eficácia veio a ser um ídolo sobre cujo altar não poucas vezes se sacrifica até a própria dignidade humana" (Alocução de João Paulo II aos Superiores Maiores Religiosos, 24/11/78; Documento de Puebla nº 529).

É, pois, para desejar que os filhos e as filhas de São Bento permaneçam fiéis à sua vocação específica no seio da S. Igreja. Repetindo os dizeres dos Apóstolos: "Senhor, ensina-nos a orar" (Lc 11, 1), entreguem-se zelosamente à oração e, por sua vez, orientem seus irmãos nos caminhos da prece pessoal e comunitária. Sejam os mosteiros escolas e focos de oração, correspondendo assim a uma necessidade vital de todo homem... necessidade que hoje em dia, dada a agitação da vi-

da cotidiana, se faz cada vez mais premente! Da oração brote o trabalho executado na presença do Senhor onde quer que Ele, mediante a S. Igreja, chame os monges e as monjas a labutar. E um dia, quando se revelar plenamente a solidariedade que une todos os homens na Comunhão dos Santos, possa tornar-se manifesto o fruto do "Ora et labora" muitas vezes silenciosa e ocultamente sustentado no decorrêr desta vida peregrina!

NOTAS

(1) A palavra discrição vem do mesmo radical que discernimento; significa, antes do mais, a capacidade de triagem e distinção em virtude da qual a pessoa evita excessos ou desproporções. (2) A circular expedida aos prelados de todas as Ordens, aos bispos e aos presidentes de província na data de 1855 rezava o seguinte: "S. M. o imperador há por bem cassar as licenças concedidas para a entrada de noviços nessa Ordem Religiosa até que seja resolvida a concordata que à Santa Sé vai o governo imperial propor. Deus guarde a V. Pat. Revm. José Thomaz Nabuco de Araujo". A mencionada Concordata em vista nunca se tornou realidade; serviu de mero pretexto ao fechamento dos noviciados. (3) É nestes termos que se exprime a crônica antiga, significando com isto "menor rigor e menos exigências do ensino". (4) O Jansenismo é um sistema teológico que tem sua origem nos escritos de Cornélio Jansen (1585-1638). Essa escola disseminou rigorismo e pessimismo entre os fiéis católicos; entre outras coisas, ensinava que a natureza humana foi totalmente corrompida pelo pecado dos primeiros pais e que a graça de Deus ė irresistível; Cristo não teria morrido por todos os homens e a S. Comunhão seria prêmio para os puros, devendo, pois, o cristão manter-se afastado dos sacramentos até preencher as severas

condições exigidas para receber a absolvição e a Comunhão Eucarística. — A piedade jansenista encontrou sua réplica na ação pastoral dos padres da Companhia de Jesus e na devoção ao S. Coração de Jesus; este apareceu a S. Margarida Maria Alacoque (1673-75) convidando os homens a se aproximar daquele que primeiro os amou, desde que sinceramente arrependidos dos seus pecados. Todavia a influência do jansenismo no povo de Deus foi duradoura. Somente no século XIX começou a ser removida de maneira eficiente. O Galicanismo é a atitude nacionalista ou cesaropapista dos reis da França do século XVII; tendia a atribuir ao monarca jurisdição sobre a Igreja, independentemente da autoridade do Pontífice Romano. Tal tendência foi abraçada também pela Imperatriz Maria Teresa e pelo Imperador José II (1780-90) da Austria. Na Toscana o grão-duque Leopoldo II encontrou no bispo de Pistoia e Prato, Cipião de Ricci, um baluarte do jansenísmo e do nacionalismo cesaropapista; por influência de ambos, o Sinodo de Pistoia (1786) promulgou proposições jansenistas e galicanas, que tornaram tal Sínodo famoso. O Galicanismo tomou forma especial na concepção de Justino Febrônio (1701-1790), que reivindicava para os bispos ampla autonomia frente ao Romano Pontífice; pretendia mesmo colocar a autoridade de um Concilio

ecumênico acima da do Papa, restaurando assim princípios do Concílio de Basiléia (1431-1437), superados no século XV mesmo. (5) Por "Padres da Igreja" entendem-se os escritores e mestres (bispos, sacerdotes e leigos) que contribuíram para formular autenticamente as verdades básicas da fé (atinentes à SS. Trindade, a Cristo, à Igreja, à graça, aos sacramentos...) na época das grandes heresias (arianismo, nestorianismo, monofisismo, donatismo, pelagianismo...). A época patrística vai, no Ocidente, até S. Gregório Magno († 604) e no Oriente até S. João Damasceno († 749). (6) Ordem Beneditina não é centralizada pois carece de governo que exerça jurisdição sobre todos os mosteiros. Ao contrário, cada cenóbio é mais ou menos independente dos demais, embora os mosteiros da mesma região geográfica se confederem em Congregações, cada uma das quais tem as suas Constituições próprias. As Congregações, por sua vez, se confederam em um todo que se chama "Ordem de São Bento"; esta tem à frente o Abade Primaz, cuja função é de apoio e estímulo aos mosteiros e de ligação com a Santa Sé. Ao lado da Confederação Beneditina dos monges de hábito negro (embora hoje em dia compreenda também monges de hábito branco), existem a Ordem dos Cistercenses, a dos Trapistas e Congregações que seguem a Regra de São Bento, mas não estão confederadas sob o Abade Primaz; tais famílias religiosas usam hábito preto e branco e têm governo centralizado. (7) Aliás, é de observar que foi beneditina a primeira escola

instituída no Rio de Janeiro. Com efeito,

antes da vinda dos monges portugueses (1588), no ano de 1560 um grupo de beneditinos franceses, trazidos por Villegaignon (que era católico), fundou uma escola à margem do rio Iguaçu, para civilizar os índios tamoios. Quando Villegaignon teve que se retirar para a França, os beneditinos foram hostilizados pelos invasores remanescentes, que eram huguenotes. Desanimados, tentaram voltar para a França, mas não o conseguiram, vítimas que foram de naufrágio durante a viagem.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA PRADO, L. DE, O ensino na Ordem São Bento, ad instar manuscripti. IDEM, São Bento e o livro. Rio de Janeiro 1980. IDEM, Contribuição dos Beneditinos para a educação do Brasil. São Paulo 1980. ARRUFAT, A. R., A Ordem Beneditina. Rio de Janeiro 1933. BOTTE, B., O movimento litúrgico. Em apêndice: O movimento litúrgico no Brasil por D. Clemente Isnard, OSB. São Paulo 1978. GOMES, C. F., O apostolado na Ordem de São Bento. São Paulo 1980. LEMOS, D. J. DE, Sesquicentenário da Congregação Beneditina Brasileira, em "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", vol. 317, outubro-dezembro 1977, pp. 5-16. LUNA, J. DE, Os monges beneditinos no Brasil. Esboço histórico. Rio de Janeiro 1947. RAMIZ GALVÃO, B. F., Apontamentos históricos sobre a Ordem Benedictina em geral e em particular sobre o Mosteiro de N. S. do Monserrate. Rio de Janeiro 1869. Edição de 1927. 25 Anos. Mosteiro de São Geraldo de São Paulo. São Paulo 1978.

OS POBRES ENTENDEM O MISTÉRIO DE MARIA

Irmão Aleixo Maria Autran, FMS

Belo Horizonte, MG

O povo brasileiro, que, em geral, acorre ao Santuário da Aparecida e aos demais santuários escolhidos pela Virgem para colocar o seu trono em nossa Pátria, é um povo empobrecido, um povo simples, um povo tachado de supersticioso e pouco instruído na fé. Mas é um povo rico de Deus, muito sensível à "presença da Mãe Santíssima no seu cotidiano"; muito animado de confiança no poder imenso da sua proteção carinhosa.

Você quer ter esse povo reunido em comunidade orante? Proponhalhe algo a fazer em honra de Nossa Senhora. Quer instruí-lo nos mistérios de nossa fé cristã? Fale de coração aberto sobre a Mãe de Jesus, Modelo do verdadeiro discípulo. Quer comprometê-lo com as exigências do cristianismo? Mostre-lhe o exemplo límpido de Maria. Como as primitivas comunidades cristãs, nossa gente tem a intuição do papel insubstituível de Nossa Se-

nhora nos planos de Deus. Não foi por acaso, essa intuição vinda do Espírito que levou Lucas e João a marcarem bem nitidamente e bem profundamente o lugar significativo da Mãe de Jesus no Mistério de Cristo e da Igreja? Ainda hoje, o Evangelho vai sendo escrito na vida de fé das comunidades e nos corações dos simples e piedosos.

Quando nossos jovens se põem a cantar: "Pra chegar a Jesus só por Maria, / e sempre. Conhecer Maria por Jesus" — o que eles estão expressando é a convicção multissecular da Igreja, dessa Igreja que, conforme um eslógão bem conhecido, "nasce do povo animado pelo Espírito" e fortalecido pela Palavra e pelos Sacramentos da Fé.

Não devia causar estranheza a devoção do terço ou rosário de Nossa Senhora — oração do pobre com Maria e a Maria — que se transformou, com exclusividade, na forma

:

de se rezar fora dos ofícios litúrgicos. Nem tampouco deveriam abalar-nos as críticas ridículas dos crentes à veneração popular das imagens: da Mãe do Salvador. Que brasileiro não gosta de conservar em sua casa a tosca imagem, a pequenina estátua feita de barro, miudinha no seu hierático manto de Rainha, bem brasileira na cor de canela? É a APARECIDA, saída das águas do rio para entulhar de peixes as canoas dos trabalhadores, para fazer cair as correntes dos escravos negros, para encher de paz, de alegria, de consolo as canoas sempre vazias do coração humano. Ah! quem não experimentou as bênçãos da MÃE APARECIDA, a doce pescadora a colocar tantos brasileiros nas redes do Cristo?... Seu Santuário, tão grande e imponente, é pequeno de mais para abrigar junto à sua pequenina imagem todos os anseios e todo o amor agradecido das multidões, que o frequentam como se vai, aos domingos, tomar a bênção da Mamãe.

Ocorre nesse ano o Sesquicentenário das Aparições de Maria Imaculada, na Rue du Bac, à humilde noviça Catarina Labouré. Sua "Medalhinha Milagrosa", num passado ainda bem recente, tomou conta do Brasil a partir dos Dispensários, Hospitais, Asilos de Velhos, Creches e Educandários das Irmãs de Caridade. Os próprios Seminários, muitas vezes dirigidos pelos Lazaristas, eram centros de formação marial, no espírito de S. Luiz Maria Grignion de Montfort. Deles saíram pastores entregues à Maria e zelosos formadores da consciência marial do povo fiel.

Religiosidade popular e Pastoral Mariana — esse tema desafia nossos teólogos e pastoralistas. Passou o tempo do medo e da desconfiança. Chegou a hora da fidelidade e da renovação em profundidade. O movimento da História nos ensina que diversas vezes a realidade tão rica e tão delicada da devoção a Maria passou por fases de afirmação e de contestação; teve suas primaveras pujantes e seus outonos benfazejos. Mas, como disse Laurentin: "mesmo nos momentos de decadência, o progresso (dessa devoção) pôde deter-se, mas nunca a fé em Maria cessou de viver." Houve decantações necessárias e úteis. Tudo aquilo que era adventício ou excessivo desapareceu. Novos rebentos foram brotando. Nesse processo de purificação, de aprofundamento e de unificação, cabe à Liturgia uma função diretriz de primeira importância. Aliás, ela nunca cessou de "celebrar" e de "reatualizar" a Presença de Maria no Mistério de Cristo ao longo do ano.

Qual o sentido profundo da presença de Maria na vida do nosso povo?

Qual a verdadeira eficácia pastoral da devoção a Maria nos dias de hoje e na nossa terra de Santa Cruz?

Qual a nossa posição de pastores (todos os religiosos participam, por força de sua consagração, no pastoreio da Igreja) à escuta do que o povo simples sente e vive sobre Maria?

Tentarei refletir, nas páginas seguintes, sobre cada uma dessas perguntas que me faço com simplicidade e seriedade. Convido, porém, os leitores a prolongarem essas reflexões e, eventualmente, a partilhálas conosco. O CEMA (Centro de Espiritualidade de Maria) gostaria de revitalizar-se com suas contribuições. Até hoje essa modesta instituição desempenhou um papel propulsor na pastoral da devoção marial. Não está chegando o momento de se tornar um centro de diálogo pastoral? Um ponto de encontro, onde todos se sintam ouvidos e acolhidos?

I. Identificados com ela

Escrevo esse artigo no dia seguinte ao da Beatificação de José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil. Instintivamente o pensamento foge até as remotas praias de Iperoig, durante as tratativas de paz na Confederação dos Tamoios, e vejo o humilde jesuíta escrevendo na solidão nas areias brancas os mais de 5 mil versos latinos do "Poema da Virgem". Esqueço o lirismo desses versos, e penso na catequese mariana que o Missionário, em suas prédicas e representações teatrais, foi passando paciente e amorosamente à alma do silvícola. No Brasil, como em outros lugares da terra, Maria foi mesmo a Estrela da Evangelização, a Portadora de Cristo.

Remonto mais longe na história do Brasil, e vejo aqueles dois índios vindos ao encontro de Cabral em Porto Seguro, na manhã do nosso descobrimento. Estão deslumbrados. O capitão lhes presenteia "dois rosários de contas brancas", que eles enlaçam nos braços e vão muito

contentes mostrar aos demais companheiros selvagens. Nossa Senhora da Esperança (assim chamava a imagem trazida pelos descobridores) sorria e fazia sorrir na alvorada do Brasil. Talvez hoje ela chorasse vendo o que fizemos dos índios nesse país.

Cabral, Anchieta, os missionários anônimos da nossa evangelização souberam compreender e, a seu modo, transmitir o amor cristão a Nossa Senhora. Mas quem compreendeu mesmo esse amor, quem o aprendeu cem por cento de Jesus, o Filho de Maria, foi, tem sido sempre, o povo simples e humilhado. "Só os humildes e os pobres se encantam com a Virgem do Magnificat, a Profetiza dos marginalizados que o Senhor exalta, como fez com ela mesma." Num Sínodo de Bispos em Roma, o Cardeal Pirônio falando da evangelização na América Latina, teve essas palavras dignas de meditação por todos nós: "Em Maria, o povo se sente interpretado e assumido. Por isso, na América Latina, a devoção a Maria é um modo de conservação da fé e um princípio da mais profunda Evangelização. América Latina é um continente essencialmente mariano." Notemos bem: o povo se sente interpretado e assumido por Maria a pobre glorificada porque "acreditou em tudo o que lhe foi dito da parte do Senhor" (Lc 1,45); a pobre escolhida, por sua baixeza (Cfr. Lc 1,48; 1 Cor 1,27, 28), para a grande maravilha da maternidade messiânica, fonte de todas as bênçãos para todos os povos; a pobre que continuou pobre não obstante sua elevação, justamente porque Seu Filho se solidarizou a tal ponto com a miséria humana que se tornou o POBRE por excelência, o Homem das Dores, o Justo perseguido e vencedor.

A III Conferência Episcopal da América Latina em Puebla analisou muito bem o papel de Maria como formadora e identificadora da alma cristã em nosso Continente. Nessa época em que descobrimos o "discernimento cristão" como elemento pastoral indispensável para nossa parcela na construção do Reino de Deus e, quando vamos redescobrindo o valor dos dons e frutos do Espírito na comunhão eclesial, temos sobradas razões, aqui no Brasil, para compreender por que os pobres entendem tão bem o Mistério de Maria. Compreender e valorizar. O povo na sua singela e profunda devoção a Nossa Senhora é um lugar teológico, um lugar de revelação da Palavra de Deus.

Tudo em Maria se refere a Jesus Cristo. Tudo vem de Jesus Cristo e leva ao Seu Sacrifício, à Sua obediência amorosa e salvadora. A devoção mariana do nosso povo aprofunda suas raízes no Mistério de Cristo, que Maria filtra, por assim dizer, numa luz doce e suave. É o Jesus Menino Deus — que Ela nos traz; é o Senhor dos Passos, o Bom Jesus, que a Mãe dolorosa e compadecida nos convida a contemplar e acompanhar para chegarmos, por sua paixão e morte, à glória da Ressurreição; é o Coração Eucarístico de Jesus, bem presente no SSmo. Sacramento, a transbordar amor e a sentir nossas ingratidões, que o Coração Imaculado de Maria nos aponta de contínuo. Talvez esse sinal cristológico da piedade mariana popular ainda não foi suficientemente
percebido e aproveitado. É pena.
Quando falarmos melhor de Maria,
a Guardiã e Testemunha da Encarnação Redentora, sua devoção será
conscientemente a eflorescência da
fé profunda em JESUS SALVADOR e se traduzirá mesmo em profunda adesão ao Evangelho.

Os pobres e simples entendem Maria, a Pobre, a Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo e Mãe da Igreja. Quando suas imagens não a representam com o Filho no colo, nola mostram de mãos postas, exatamente como no Cenáculo (At 1,14) numa atitude convite à oração, à união filial com Deus por meio da confiança e da obediência; na atitude da intercessora celeste. Ou ainda, de mãos abertas e estendidas, num gesto aconchegante e acolhedor: "Em teu regaço materno, todo sofrimento se alivia, se minora logo a dor". É a Mãe Auxiliadora, a Mãe do Perpétuo Socorro, Sinal de Esperança certa e consolo para o Povo de Deus peregrino. Diante dessas imagens, o povo teima em deixar uma velinha acesa. Que sentido poderá ter esse acender velas junto a Maria? Não seria, muito mais do que granjear favores, mostrar à Mãe compassiva e misericordiosa o nosso desejo de passar do pecado para a graça, das trevas para a luz? ... O povo entende Maria, porque Maria entende sua linguagem simples, sua linguagem total, antropológica e não apenas cultual.

Mas de todos os símbolos da devoção e da iconografia mariana,

quero ressaltar dois muito fortes na religiosidade popular do fiel brasileiro: o manto azul de Nossa Senhora e o seu rosário. O manto azul da Virgem Aparecida e das demais "Madonas" é a imagem da maternidade espiritual e celeste. Disse Puebla que "o carisma materno de Maria cria em nós a fraternidade e nos faz sentir família na Igreja Católica". É exatamente isso. De Portugal herdamos a imagem da Virgem, abrigando sob o seu manto amplamente aberto os que vêm implorar o seu

auxílio e proteção. A imagem de Nossa Senhora da Misericórdia ou da Piedade. A Ela, venerada no mistério de Sua Visitação, eram dedicadas as "Santas Casas de Misericórdia". Minha Nossa Senhora da Penha! Minha Nossa Senhora da Abadia! Minha Nossa Senhora de Nazaré!, vão gritando os brasileiros em suas necessidades. O título indica apenas o lugar de onde parte o clamor do povo. É a mesma Mãe de Bondade que se invoca. E Ela não tarda em acudir.

"Minha Nossa Senhora!..." o povo exclama, E esta frase, sem dúvida incorreta, Exprime de maneira mais completa, Teu prestígio sem par que o mundo aclama.

> És minha só, minh'alma é que Te chama Para aplacar-lhe a agitação secreta; Mas és nossa também, pois meiga e reta, Teu favor sobre todos se derrama.

Minha Nossa Senhora, em Teu regaço, Acolhe compassiva o meu cansaço, Recebe o coração que em Ti se aninha;

> Mitiga as dores, o amargor adoça; Do mal de todos nós, Senhora nossa, Deste sofrer só meu, Senhora minha!

Por que citar esse belíssimo soneto de Afonso Celso? Porque ele nos faz sentir muito bem a alma brasileira, sempre fraterna, sempre levada à comunhão, à solidariedade com os que sofrem. Junto a Maria, por maiores que sejam os nossos pezares e precisões, ninguém se esquece de que Ela é também a Mãe de todos os outros. Seu manto se abre a... todos. Impossível unirse a Ele, sem se unir aos demais homens.

O rosário de Nossa Senhora. Já nos referimos a essa "devoção popular". Em suas contas, tanta gente sofredora e aflita recobra a calma, a coragem de viver, a certeza de estar rezando... São degraus de luz por onde se vai ao encontro do Cristo encarnado, sofredor e glorioso, do Cristo, contemplado pelos

olhos e com a ajuda da Mãe SSma. Breviário dos leigos a iniciá-los na oração da Igreja que, por essência, é uma oração marial, um "sim" à Vontade do Pai, um "sim" a Jesus Redentor, um "sim" ao Espírito Santo que vem!

É comum no Estado de Minas Gerais encontrar-se capelas, igrejas, ermidas e confrarias de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Qual a relação profunda entre Maria, a oração marial, e nossos Escravos, nossa gente sofrida de ontem e de hoje?

Com a devoção do Rosário, ligase a das Dores de Maria.

"Eu gosto, ó Mãe, desse povo simples, do mês de Maio e de Outubro, que não deixa a coroação... nem perde a "reza" que arrasta e que estribilha diante de vossa imagem desafiadoramente a toada rude de um coração sem pressa...

"Eu gosto, ó Mãe, desse meu povo simples, que canta e que chora as vossas dores todas, nas tardes do Sábado Santo... que se apinha, em roda do vosso andor, e que tem pena de Vós nas procissões do Encontro e deixa a esmola no vosso pratinho."

(P. C. Vasconcelos Jr.)

Pode-se criticar certo sentimentalismo ou dolorismo nessas manifestações de fé? Mas a comunhão na morte do Cristo não é participação viva em Seu Mistério Pascal? E o Coração atravessado pela espada não favorece a leitura existencial da Paixão de Cristo no mundo de hoje?

.. Senhora do Rosário, Senhora das Dores, Senhora da Conceição. Outro título mariano bem caro ao an-

tigo povo brasileiro. O privilégio da Imaculada Conceição de Maria brilhou aos olhos de fé com que lusos e brasileiros contemplavam a Cruz de Cristo. Maria "a primeira remida, a totalmente remida por seu Filho Salvador." Hoje, a teologia mariana nos ajuda a desentranhar muitas riquezas desse privilégio que é consagração e santidade original de Maria. A Imaculada é o Protótipo da Igreja, a Imagem da Reintegração do Homem na Gra-

ça, a Beleza da Criação, da Nova Criação no Espírito Santo. Oxalá, os jovens brasileiros de hoje fossem iniciados nesse Mistério de Maria e aprendessem a contemplá-lo com aquele entusiasmo gratuito e agradecido de nossos antepassados. Seria recuperar o senso da beleza criada por Deus. "Ó Maria concebida sem pecado original, quero amarvos toda a vida com ternura filial!" — assim canta o meu povo desafiadoramente, apaixonadamente, confiantemente. Que a sua voz não seja abafada nem substituída!

Até agora tentamos olhar simplesmente para o fato da piedade marial do povo brasileiro. E o identificamos como uma secreta afinidade espiritual do povo simples, empobrecido (é pobre, porque o empobreceram!), sofrido e, no entanto, tremendamente esperançoso na bondade do Senhor Jesus — com a imagem da Mãe de Jesus, a Mulher de coração pobre, puro, inocente, compassivo e misericordioso, faminto e sedento da justiça que vem de Deus, portador da paz e da alegria para todos os que dela se aproximem. Entre a Virgem das Bemaventuranças evangélicas e a gente brasileira que se coloca no mundo das bem-aventuranças, a sintonia é perfeita.

Agradeçamos ao Pai por ter feito do coração de nossa gente o lugar revelador do Mistério e da Presença de Maria, a Escrava pequenina que Seu Amor tornou Mãe e Rainha, Sinal da Libertação trazida por Jesus Cristo ao nosso mundo cativo!

II. Amados pelo Pai em Cristo

Qual o valor pastoral desse fato mariano do povo brasileiro? Paulo VI, na sempre lembrada Exortação Apostólica Marialis Cultus, nº 57, aponta o valor teológico da verdadeira devoção a Maria e afirma a sua eficácia pastoral. Se bem entendo, não se trata apenas das vantagens espirituais que cada fiel pode auferir de uma esclarecida atitude com relação à Mãe de Jesus e nossa Mãe na ordem da graça. Tratase, além disso, de vantagens para a atividade pastoral da própria Igreja, o que vale dizer, para a verdadeira evangelização de todos os povos. O culto à Virgem SSma, cujas raízes profundas estão imersas na Palavra de Deus, frutifica no organismo eclesial educando o coração dos fiéis para que o Pai possa ver em todos e em cada um deles as feições do Seu Bem-amado, "Primogênito de muitos Irmãos".

"A missão materna de Maria... impele o Povo de Deus a dirigir-se, com filial confiança, Aquela que está sempre pronta a atender, com afeto de mãe e com a eficácia de auxiliadora".

O texto continua:

"Por isso, cedo começou o mesmo Povo de Deus a invocá-la sob os títulos de Consoladora dos Aflitos, Saúde dos Enfermos e Refúgio dos Pecadores, a fim de alcançar conforto nas tribulações, alívio nas doenças e, quando enlaçados pela culpa, a força libertadora; porque ela, isenta do pecado, leva seus filhos a isto: a debelarem com decisão enérgica o pecado. E uma tal libertação do pecado e do mal (Cfr. Mt 6,13) — importa frisá-lo bem — é a condição necessária para toda e qualquer renovação dos costumes cristãos".

Temos então uma primeira motivação da grande eficácia pastoral da devoção a Nossa Senhora: estabelece um clima vital de confiança que liberta as pessoas do pecado e de todo o mal. Seria preciso estudar demoradamente a "libertação integral do homem em Cristo", como nos foi proposta em Puebla, à luz do Mistério de Maria acolhido e vivido na fé. Mesmo que a Ela não se recorra, Maria se faz Libertadora por sua multíplice intercessão e pela força de seus exemplos. O Magnificat está sempre a suscitar aquelas energias de ressurreição na Igreja que nos levam a lutar pela justiça, a transformar o mundo ao gosto de Deus, a colocar-nos solidariamente ao lado dos famintos e dos humildes. Isso é libertação do pecado e de todo o mal. Um povo guiado por Nossa Senhora e unido a Ela vence suas batalhas, assume evangelicamente seu lugar na "luta" contra o Dragão, sabe em Quem põe sua esperança e sente-se realmente amado por Deus.

A Exortação Pontifícia apresenta outro motivo dessa eficácia pastoral do cultivo da verdadeira devoção mariana:

"Depois, a santidade exemplar da Virgem SSma. estimula, realmente, os fiéis a levantarem os olhos para Maria, que brilha como modelo de virtude sobre toda a comunidade dos eleitos". Dessa prolongada contemplação marial nasce o desejo de imitação, a necessidade de assimilação das virtudes sólidas e evangélicas de Nossa Senhora. O Papa é bem realista ao dizer: "Destas virtudes da Mãe se poderão também revestir os filhos que, com firmes propósitos, souberem reparar nos seus exemplos, para depois os traduzir na própria vida". Em outros termos, tanto Maria como o próprio Deus nos quer semelhantes a Ela. Maria, como Mãe Educadora, nos quer à imagem de seu Filho Jesus, do Qual ela mesma é a mais perfeita representação. Todos os aspectos de sua diversificada missão em relação ao Povo de Deus, diz ainda Paulo VI, se orientam, cada um com a sua eficácia própria, para a mesma finalidade: reproduzir nos filhos as feições do Filho Primogênito. E se Deus operou maravilhas nessa sua humilde Serva e no-las revelou é que, em Seus desígnios amorosos de Pai, Maria, obraprima de Seu amor por nós e por Ela, é um DOM feito a nós a fim de melhor vivermos a nossa vida de "filhos no Filho". O exemplo de Maria é convincente e fascinante. De fato, Ela viveu e partilhou plenamente nossa condição humana. É nossa irmã na fé e é Cheia de Graça. É redimida como ninguém e como ninguém cooperou nos momentos decisivos da obra da Salvação. É a nova criatura desde sua conceição imaculada e, no entanto, teve que crescer, peregrina na fé, como todos nós, à medida de sua adesão plena à Vontade do Pai e através da via estreita da renúncia, do sofrimento, da Cruz. É, como nós, membro da Igreja, mas, sob outro aspecto, é modelo único e mãe amorosíssima dessa Igreja-Povo de Deus. Foi para o céu, em corpo e alma, e, no entanto, por sua intercessão incessante e eficacíssima, continua muito perto dos fiéis. Como não querer imitá-la?

Numa palavra: amar a Maria é imitá-la. Imitar a Maria é comprometer-se visceralmente com a essência do Evangelho de Jesus Cristo. Um povo devoto a Nossa Senhora vive sempre o mistério de sua presença em Caná: crê no Cristo, que nos transforma e nos replena de Sua glória; percebe os sinais dos tempos, como Maria percebeu a falta do vinho; vive a oração e a ação que consiste, sobretudo, em "FA-ZER TUDO O QUE ELE DIS-SER" (Jo 2,5). Por isso mesmo, esse povo marial entrará no Reino (Cfr. 7,21) e já, aqui na Terra, é a Família da Palavra, que Jesus reconhece como sua mãe, suas irmãs e seus irmãos (Cfr. Lc 8,21). É um povo que sabe OUVIR a Jesus (Cfr. Mt 17,5).

João Paulo II está tão convencido de que a devoção marial é uma resposta de fidelidade ao plano de Deus, que não se cansa de recomendá-la aos jovens de todas as nações, de todas as condições. Insiste mais com os jovens, talvez, porque as novas gerações foram privadas de uma sólida educação marial nas famílias e nas paróquias. Como necessitam encontrar Maria para aderirem mesmo a Jesus e formar o Novo Povo das Bem-aventuranças! Protótipo da Igreja Esposa de Cristo, Maria é a "forma gregis", o modelo do rebanho fiel, do serviço dócil à Palavra,
da fortaleza da fé, numa palavra:
"modelo e educadora do verdadeiro
discípulo de Cristo: obreiro da cidade terrena e temporal, e, simultaneamente, peregrino também, em direção à cidade celeste e eterna; promotor da justiça que liberta o oprimido e da caridade que socorre o
necessitado mas, sobretudo, testemunha operosa do amor que edifica
Cristo nos corações."

Qual o valor pastoral da devoção mariana? É o de formar o Homem Novo em cada um de nós. É o valor do "humanismo marial" todo feito de graça e de correspondência amorosa à Graça. É o valor da saúde espiritual e da alegria plena que o Senhor quis tivéssemos como discípulos e filhos. Evidentemente quando falamos de "devoção mariana" excluímos todas as falsificações e deturpações, todas as reduções e exageros devocionais da piedade marial. Mas, essas desviações só podem dar-se lá onde falta a luz da Palavra de Deus. Por isso, a solução não é falar contra os eventuais erros do povo simples e fiel; mas pregar a este povo o Evangelho, a Boa Nova que situa Nossa Senhora bem no âmago do Plano Salvífico de Deus.

III. Eles nos evangelizam

E para nós, que nos diz o povo em sua devoção a Maria? Ou melhor que diz o Espírito Santo à sua Igreja através dos "pobres e pequeninos" que Deus ama e que amam a Mãe de Deus?

Esses devotos nos falam da "fidelidade ao plano misterioso do Pai" (Cfr. Gál 4,4); falam-nos do "afeto filial" de Jesus por essa Mulher que Ele quis Mãe sua e nossa, Mãe da Igreja; falam-nos da "obra do Espírito multiforme na Igreja", pois é esse Espírito de adoção filial quem nos leva a amar como filhos a Mãe de Jesus; falam-nos da "encarnação redentora", que assumiu toda a nossa humanidade assumindo a feminilidade e a maternidade de Maria; falam-nos do "rosto materno de Deus" e das "entranhas de Seu amor para conosco"; falam-nos da "Igreja-Família", onde o lugar da Mãe é importante; falam-nos da "simplicidade infantil" proposta pelo Evangelho como condição para entrarmos no "Reino" (Cfr. Mt 18,3); falamnos dos "meios pobres", da "espiritualidade do pobre", da preferência divina pelos pobres estampada na

vocação de Maria e nas exigências de uma autêntica e coerente devoção para com Ela; falam-nos da nossa própria vocação pastoral de "prolongar os sentimentos e a solicitude materna de Maria" para com todos os homens, sem acepção de pessoas; falam-nos, sobretudo, da "necessidade" que temos de Maria, de vivermos Maria, de assimilarmos o espírito de Maria no ministério da Palavra que nos coube sem mérito nenhum de nossa parte.

O povo simples e fiel, em sua devoção mariana sem artifícios, nos está pedindo a imagem em nós mesmos da "Virgem Mãe cheia do Espírito Santo e engajada até o fundo com a Encarnação Redentora."

"Ah! se conhecêssemos o dom de Jesus!..." (Jo 4,10) e nos colocássemos decididamente na escola e à escuta da piedade mariana do nosso povo!...

RELIGIOSOS PRESBÍTEROS

Vários Autores (ver nota abaixo)

0. Introduzindo

Nesta breve introdução expressamos os limites deste trabalho. Fazemos uma rápida tentativa de aproximação à problemática do Religioso Presbítero, tal como foi vista por nós e dizemos qual é sua pretensão.

0.1. Os limites deste trabalho

Antes de tudo, trata-se de uma síntese de vários debates que a CRB/Belo Horizonte realizou, através de sua Equipe de Reflexão Teológica, em resposta à solicitação da CLAR e da CRB/NACIONAL. Depois de uma primeira rodada de

Este texto resultou de uma série de reuniões de Estudo da EQUIPE DE RE-FLEXÃO TEOLÓGICA da Regional da CRB de Belo Horizonte, Minas Gerais, durante o segundo semestre de 1979. Participaram deste trabalho: Pe. Cleto Caliman, SDB; Frei Bernardino Leers, OFM; Frater Henrique van der Maat, Irmãos de Nossa Senhora; Pe. Tiago Lara, SDB; Pe. Pedro Settin; Pe. João Bonten; Pe. José Miranda e Pe. Alberto Lima.

debates, cada membro desta equipe, cerca de 10 pessoas, se propôs colocar no papel a sua visão do problema. Da síntese destes apontamentos nasceu um primeiro texto, posto em discussão e emendado, já em março de 1980. O que apresentamos agora é o texto final.

Estamos conscientes dos limites deste tipo de trabalho. O número dos que a ele contribuíram é sumamente desproporcional face ao número de Religiosos Presbíteros e à extensão e diversidade do país e do continente. Em vista disso, entendemos esse estudo apenas como uma contribuição ao debate. Expressamos, apesar dessas limitações, o desejo de que possa ajudar a clarear a questão.

0.2. Tentativa de aproximação à problemática

Numa primeira abordagem da questão nota-se que há uma tensão entre o "ser padre" e o "ser religioso" em bom número de Institutos clericais. Os padres, diz-se, dedicam-se mais ao ministério que à Vida Religiosa. Mais precisamente: o ministério sacerdotal encontra nas exigências da Vida Religiosa uma espécie de cerceamento, enquanto que nos Religiosos Presbíteros que mais se dedicam à atividade pastoral diocesana a Vida Religiosa parece tender a diluir-se.

Esta constatação inicial, todavia, nos parece apenas ser o sintoma de uma situação mais ampla dentro da qual age e reage o Religioso Presbítero. Ele está inserido na confluência de diferentes estruturas onde deve conduzir seu dia a dia. Como Religioso exerce um papel dentro da organização de seu Instituto. Como Presbítero está ligado à organização concreta da pastoral eclesial diocesana. E os dois, Religioso e Presbítero, estão no contexto dinâmico de uma sociedade em mudança.

Neste contexto, o Religioso Presbítero deve enfrentar uma primeira pergunta: Como viver o ideal religioso da contemplação e da ação hoje? Antes o grupo religioso era auto-suficiente para prover tanto a dimensão da contemplação, a vida interna de fraternidade, convivência e oração, quanto a dimensão de ação, o seu trabalho diuturno, sua atividade apostólica. Os dois momentos se autofertilizavam no aconchego da mesma Instituição. Hoje isso se faz cada vez mais inviável. A pequena comunidade já não é mais auto-suficiente para realizar esse ideal. A mesma vida interna do grupo é ameaçada pela urgência, a complexidade das atividades apostólicas do grupo (educação, saúde, paróquia, etc.) cada vez mais absorventes e situadas fora da pequena comunidade e de seu controle imediato. Há uma situação nova para a Vida Religiosa: a de viver a dimensão da contemplação mais no interior da pequena comunidade como fator de alimentação da ação, cada vez mais situada fora, num contexto sócio-eclesial mais amplo. A um determinado momento o que está em jogo é a própria sobrevivência e identidade do grupo como comunidade religiosa.

Indo a campo o Religioso Presbítero tem que enfrentar outra pergunta: Onde devo viver o ideal religioso da contemplação e da ação e que papel me é reservado exercer? Realmente vivemos hoje numa conjuntura histórica em que o quadro onde se insere o Religioso Presbítero e onde ele tradicionalmente exerce um papel, entra em acelerado processo de mudança. Os modelos de organização da Vida Religiosa, da Igreja e da mesma sociedade, onde ele encontrou as motivações para entrar na Vida Religiosa e onde fez sua opção, apresentam hoje características diferentes. Criou-se uma distância entre o quadro histórico da primeira opção e as condições em que tanto o Religioso quanto o Presbítero vivem hoje. Essa tensão se revela mais aguda ainda quando a mesma inspiração primitiva do Instituto é posta em questão.

Acresce ainda o fato de que as mudanças dentro das organizações em que o Religioso Presbítero age e reage se realizam com velocidades diversas, contribuindo assim para tornar mais intensa a crise em que se envolve.

0.3. A pretensão deste trabalho

Como se pode facilmente observar, trata-se de uma problemática complexa. Os dados em jogo são muitos. Não é nossa intenção oferecer mais do que uma frágil pista de reflexão para abrir uma trilha no assunto. Nosso enfoque básico poderia ser enunciado como segue: Cremos que se apresenta um terreno de conflito. De um lado está a pertença ao Instituto, com sua organização interna, com sua forma histórica de viver e interpretar seu carisma fundacional, com sua tradição de atividades apostólicas e formas comunitárias bem definidas. Do outro lado está a organização concreta da pastoral diocesana existente, com sua demanda específica de agentes de pastoral e, hoje, em pleno esforço de atualização de sua presença junto à sociedade moderna. Para melhor clarear esse quadro procuramos:

- 1 Descobrir alguns dados que ajudem esclarecer o problema.
- 2 Explicitar alguns elementos de reflexão teológica que orientem a avaliação da conjuntura atual.
- 3 Levantar algumas pistas para caminhar na solução da questão.

1. Os dados

Neste item anotamos algumas observações que caracterizam a Vida Religiosa antes da atual fase de mudanças e hoje, quando o conflito se revela. Procuramos descrever rapidamente, sem pretender a suma exatidão, o que entendemos por pastoral e por Vida Religiosa na visão tradicional e na renovada.

1.1. A Vida Religiosa antes da mudança

Sem entrar em detalhes históricos sobre a velha pendência entre Religiosos e Diocesanos, desde a Idade Média, no contexto de uma eclesiologia jurídico-institucional, ligada à Igreja na sua figura "universal", parece que o conflito a que nos referimos surge quando entra em jogo o engajamento do Religioso Presbítero na organização pastoral diocesana. Essa organização pastoral diocesana pode ser entendida como aquela atividade eclesial específica que visa articular o Povo de Deus a partir da autoridade e do poder episcopal (organização diocesana, paroquial, comunidades menores). Antes essa articulação pastoral se realizava ao redor e a partir do poder central de Roma. O Vaticano II valorizou a Igreja particular e a colegialidade episcopal, abrindo a possibilidade de uma renovação pastoral de caráter mais pluralista e regional.

1.1.1. A pastoral da cristandade

A atividade pastoral tradicional era exercida num contexto homogêneo, caracterizado por uma organização interna do poder, centralizada na figura do Papa. Acentua-se a universalidade da Igreja a partir de Roma, em detrimento das Igrejas par-

ticulares, que se tornam meros departamentos da Igreja "universal", enquanto os bispos são tratados como delegados do poder central. Nesta estrutura os Religiosos exercem um papel bem definido. Enfatiza-se a Vida Religiosa interna do Instituto. As tarefas apostólicas eram definidas pela mesma autoridade central que definia também a competência pastoral dos bispos e párocos. Era possível, então, distinguir com clareza o espaço interno, da competência do superior religioso, e o espaço externo, da competência do bispo. As ordens religiosas mais antigas não tinham exigência de "vida ativa" específica. Contemplação e ação realizavam-se no mosteiro ou convento. Mais tarde, quando nascem os Institutos chamados de "vida ativa", foram sendo criadas novas atividades apostólicas específicas que necessitavam de umá definição clara de competência.

1.1.2. O que é ser religioso neste contexto?

Antes do Vaticano II era tranquilo o que era ser religioso. Era tender a um "estado de perfeição", onde se realizava o ideal da contemplação e ação. A mesma profissão religiosa garantia isso. Essa busca do "estado de perfeição" tinha sua legitimação doutrinal na teologia clássica da Vida Religiosa. Primeiro se definia a Igreja como lugar separado do mundo. O convento, como lugar privilegiado na Igreja, era onde se realizava a "fuga do mundo". Aí está o religioso numa situação melhor do que a do padre diocesano.

1.1.3. A prática pastoral específica dos religiosos

A atividade apostólica específica dos religiosos, especialmente das ordens e congregações clericais, espelhava esse ponto de vista. Eles desenvolvem uma prática pastoral adequada para explicitar o privilégio que tinham dentro da Igreja. Além disso, a situação geral da Igreja lhes foi atribuindo, por exigências históricas (que não citamos aqui), atividades específicas (educação da juventude, cuidado dos doentes, missões entre os infiéis e indígenas etc.). Surge daí uma crescente demanda de pessoal especializado e um campo aberto para crescer. Do ponto de vista da vida interna dos Institutos isso veio deslocar o acento da consagração para a missão. Do ponto de vista da organização pastoral diocesana isso não trazia problemas imediatos, visto que se situavam, essas atividades, em faixa específica, sem interferir diretamente na competência da autoridade do bispo na pastoral geral.

1.1.4. Valorização do sacerdócio do religioso

Neste contexto, o sacerdócio do religioso fica mais valorizado do que o diocesano. Há uma "maisvalia" que o privilegia. Mesmo dentro dos Institutos todo o esforço se concentrava na formação de padres. O irmão leigo, no mais das vezes, era considerado como religioso de segunda classe. A mesma propaganda vocacional se apoiava quase que exclusivamente no "ser padre". Na verdade, para muitos Religiosos Presbíteros foi a Vida Religiosa que

lhes possibilitou o acesso ao sacerdócio. O que orientou a muitos foi, pois, o "ser padre". O antigo quadro no qual se dava a formação para a Vida comunitária se perde. Ele não está preparado ainda para enfrentar os novos tempos.

1.2. A Vida Religiosa na fase atual de mudança

As condições em que vivemos a Vida Religiosa hoje estão mudadas. Achamos que ela não é superior a nenhum outro estado de vida cristã. Seguir a Cristo é condição de todo e qualquer cristão. Isso trouxe, de repente, um vazio na Vida Religiosa tradicional. Era preciso preenchê-lo. A atividade apostólica ligada à pastoral diocesana faz esse papel. Essa tendência conjuga-se com um outro dado eclesiológico: a revalorização da Igreja particular e da figura do bispo em relação à Igreja "universal" e ao papa. A pastoral das Igrejas particulares tende cada vez mais a se tornar diversificada e pluralista, na tentativa de responder pastoralmente ao pluralismo existente na sociedade de hoje. Isso traz consequências para a Vida Religiosa tradicional. Fica mais difícil preencher as exigências da observância, conservar a uniformidade e a mobilidade que lhe eram próprias (por exemplo, ficam mais difíceis as transferências) e organizar a vida comunitária.

1.2.1. O momento histórico

Tudo isso tem seu quadro histórico. A tensão Religioso-Presbítero se dá no contexto do processo de secularização do mundo ocidental: Renascimento, Revolução francesa, Revolução industrial; e das respostas que a Igreja e a mesma Vida Religiosa vieram dando no correr desta época: Síntese escolástica, Reforma, Religiosos clericalizados e missionários, Religiosas ativas, isto é, não contemplativas, surto de Vida Religiosa do S. XIX (Leigos, Ação Católica, Institutos leigos, etc.-. O "aggiornamento" do Vaticano II representou a transição do "lugar tradicional" da Igreja e da Vida Religiosa para o mundo moderno, que havia nascido fora e a despeito da mesma Igreja.

1.2.2. Crise das Instituições

Como consequência desse processo e dessa transição são questionadas as Instituições tradicionais, onde normalmente eram definidos os papéis tanto do Religioso Presbítero quanto do padre diocesano. Discutese tanto a Instituição religiosa quanto a Instituição eclesial, defasadas em relação aos tempos novos.

1.2.3. Falta clero na Igreja particular

O aumento populacional fez crescer a demanda de agentes de pastoral para a Igreja particular. Esse dado vem de encontro a outros dois: a diminuição do número de padres diocesanos e a crise da Vida Religiosa tradicional. Isso apressou o emprego do clero religioso nas atividades específicas da pastoral diocesana, tendo em vista, por um lado, suprir a falta de clero diocesano e, por outro lado, desafogar a

crise interna dos Institutos. Pode-se dizer que a Vida Religiosa foi sendo instrumentalizada, com o tempo, para o serviço ministerial. De fato, hoje são empregados na organização pastoral da Igreja na América Latina não só os Religiosos Presbíteros, mas também as Religiosas. De certa forma, o clero religioso se tornou clero auxiliar. Ele está exercendo um ministério de suplência.

1.2.4. Conflito de poder

O que para alguns é visto como abertura para a pastoral da Igreja particular, pode ser interpretado por outros sob outro prisma. Qual é a visão que bispos e padres diocesanos têm do Religioso Presbítero? Na realidade, ele é visto por muitos pastores, antes de tudo, como padre. Os mesmos fiéis assumem essa perspectiva. Assim sendo, o Religioso Presbítero fica entre dois superiores: o superior religioso que lhe exige fidelidade aos seus compromissos de Vida Religiosa, e o bispo que lhe pede maior inserção na pastoral de sua Igreja. Mesmo não sendo estes dois pontos de vista exclusivos entre si, na prática, tal situação gera conflitos entre superiores e bispos, entre superiores e os mesmos religiosos. Encontramos, por vezes, até bispos religiosos que estão mais interessados no agente de pastoral que no religioso especificamente.

1.2.5. Qual é a solução que se está buscando?

Ao que parece, pode-se perceber que as soluções estão sendo articuladas em três níveis: eclesial, de Instituto e pessoal:

- a) A nível eclesial o que se pode verificar atualmente é o emprego cada vez mais amplo do trabalho dos Religiosos, mesmo não Presbíteros, incluindo-se as Religiosas, na organização pastoral da Igreja particular. Todavia, essa tendência não escapa à suspeita de ser a-crítica. Perguntamos: na medida em que ela não é vista, sem mais, a partir de um projeto de Vida Religiosa, mas simplesmente como resposta às solicitações de necessidades genéricas, não estaria adiando uma solução mais autêntica quer para a Vida Religiosa quer para a mesma organização pastoral diocesana (para citar um exemplo: o problema dos ministérios)?
- b) A nível de Instituto o esforço está sendo orientado na direção do redimensionamento das obras tradicionais, no remanejamento do pessoal e na "atualização" do carisma específico de cada Instituto, de acordo com as tendências do momento. Assumindo novas tarefas pastorais, buscando atualizar o próprio carisma, os religiosos estão encontrando uma nova ligação com o povo. Aqui também cabe uma pergunta: como deveremos especificar essa nova relação com o povo?
- c) A nível pessoal o Religioso Presbítero vive uma dupla pertença: à Instituição religiosa e à Igreja particular. Esta lhe é bem mais próxima e real do que a Igreja "universal", vista a partir de Roma. Na comunidade, por sua vez, o religioso vive um sistema de dependência, que reflete uma experiência organi-

zativa de outras épocas. A mesma espontaneidade da vida fraterna não vem separada de uma "disciplina religiosa" a que tem que se submeter. Dedicando-se à atividade pastoral ele entra para um outro mundo, regido pelo sistema de autonomia, que caracteriza a imagem do cidadão da modernidade. Ele se torna o sujeito de iniciativas. Na comunidade religiosa ele se percebe por vezes barrado. Na atividade pastoral é líder, absorvido pela complexidade do trabalho de Igreja. Junto com isso, o ministério pastoral lhe possibilita maior aproximação ao povo. Do ponto de vista pessoal, sente-se mais realizado, satisfeitas suas necessidades afetivas. O que muitas vezes não acontece na comunidade religiosa. Neste conjunto estoura a crise pessoal, que pode questionarlhe a própria vocação sacerdotal e/ ou religiosa. A descoberta do povo, da Igreja particular e de sua organização pastoral oferecem motivações mais atraentes e têm mais força do que a pertença à comunidade religiosa. Aqui também cabe uma pergunta: como adequar a Vida Religiosa às exigências de autonomia da pessoa humana no mundo de hoje de forma crítica e criativa?

1.2.6. Onde está o conflito?

Na realidade, o que está em jogo não é imediatamente o conflito Religioso versus Presbítero, mas dois modelos de pastoral: Um tradicional, teocêntrico, com uma visão sacral da Igreja e de suas tarefas. Nele a Vida Religiosa espelha melhor a centralidade de Deus que o mesmo ministério sacerdotal. O ideal é,

neste modelo, unir o sacerdócio ao religioso. O outro modelo de pastoral é antropocêntrico, isto é, voltado para o homem, no contexto do mundo secular, onde tanto a Vida Religiosa quanto o ministério presbiteral adquirem sentido na realização de sua missão específica so meio dos homens. Neste segundo modelo os Religiosos deverão encontrar com maior clareza seu papel, para que se justifique sua presença na Igreja e na sociedade, sem confundir seu carisma específico com o que é próprio da organização pastoral da Igreja particular.

1.2.7. Resultado

Como resultado desse conjunto de observações notamos que há um processo global de crítica às estruturas tradicionais tanto da Vida Religiosa quanto das Instituições eclesiais. Parece também que a pastoral renovada da Igreja está sendo um instrumento mais eficiente para aproximar o Religioso Presbítero ao povo do que as mesmas estruturas tradicionais da Vida Religiosa, dando mais lugar à iniciativa pessoal. Isto, no entanto, num processo mal conduzido, poderá resultar num caminho individualista. Nestes termos, pode-se dizer que a pastoral está engolindo o religioso.

Esta visão da relação "Religioso-Presbítero" na conjuntura atual não parte do nada. Ela reflete nossa compreensão da Vida Religiosa e da sua participação na vida da Igreja em geral. Por isso é interessante, mais adiante, saber quais os elementos de relfexão que baseiam nosso ponto de vista.

2. Os elementos de reflexão teológica

Há diversas maneiras de se falar de Vida Religiosa: do ponto de vista da "observância", do ponto de vista da "consagração" a Deus, do ponto de vista da "fraternidade" ou "comunidade" e outros mais. Esses enfoques não são exclusivos. É possível, isto sim, acentuar um ou outro elemento. O que importa é que se obtenha, na conexão dos diversos elementos, um critério de verificação e uma hierarquia de valores. Situar ao mesmo nível os vários elementos seria colocar na própria base da reflexão uma indefinição quanto aos critérios fundamentais de verificação da fidelidade ao projeto evangélico da Vida Religiosa. Num tempo de mudança acelerada como o nosso é necessário clarificar os pontos básicos. Isso não se faz por decreto. Para isso, distinguimos elementos conjunturais, pertencentes ao momento histórico; e elementos estruturais, que constituem a própria essência da Vida Religiosa.

2.1. Elementos conjunturais da Vida Religiosa hoje

Aqui colocamos alguns dados que são questionamentos à Vida Religiosa hoje. Primeiro, a vivência do ideal de contemplação e ação hoje; segundo, a compreensão da "vocação" e da "opção" atual; terceiro, sobre o contexto do questionamento vocacional existente hoje; quarto, sobre

a posição da juventude frente à Vida Religiosa.

2.1.1. Existe conflito entre apostolado e contemplação?

Esse é um velho tema que retorna sempre, porque essencial. A síntese de contemplação e ação é tarefa de todas as gerações. Cada geração deve realizá-la de forma criativa e original. Atualmente o Religioso Presbítero sente dificuldade de unir numa síntese existencial esses dois aspectos fundamentais de sua vida, que teoricamente deveriam estar juntos, um enriquecendo o outro. Essa dificuldade atual ultrapassa os limites da boa-vontade da pessoa e se liga a dados conjunturais: a ruptura da antiga unidade de organização interna da Vida Religiosa, onde se realizava a um tempo a vida contemplativa e a ação, os dois pólos da vida comunitária. Hoje a pequena comunidade já não é mais autosuficiente para satisfazer um e outro. O pólo da contemplação é cultivado mais no contexto da convivência comunitária, enquanto o pólo da ação se realiza no campo aberto e conflitivo da sociedade pluralista, onde se organiza também a pastoral diocesana. Ora, essa situação coloca-nos frente à pergunta: Como construir hoje a síntese existencial entre "contemplação" (as exigências da vida de oração, do colóquio comunitário, do "lazer" espiritual, do "estar juntos", do "admirar") e as exigências da "ação" (o trabalho, o estudo, as solicitações da sociedade hodierna, a luta política por um mundo mais humano, etc.)?

2.1.2. O problema da "vocação" e da "opção"

Com o progresso das ciências do homem em geral, o quadro tradicional no qual se compreendiam a "vocação", o chamado divino, e a "opção", a resposta do homem, se modifica. Parece que hoje se caminha para uma compreensão menos idealista desses conceitos, a favor de uma compreensão mais histórica e situada, condizente com a consciência histórica do homem moderno. Noutros termos, para o Religioso Presbítero também se coloca a pergunta sobre a vocação. Essa pergunta, que era posta anteriormente de forma quase que exclusivamente ao nível teológico do "chamado de Deus", hoje é percebida mais vivamente no seu quadro histórico gerador, na sua dimensão antropológica: se a vocação é de Deus, sua leitura é feita na história, onde somos historicamente condicionados.

2.1.3. O contexto do questionamento vocacional

Quando o Religioso Presbítero questiona hoje sua vocação, isso deve ser interpretado não mais no quadro de uma fidelidade imediata e automática à vocação de Deus, mas no horizonte da experiência de sua própria subjetividade, no contexto mais amplo da vida humana. O homem moderno tomou consciência dos limites de suas opções, de seus condicionamentos. A mesma possibilidade de crise já faz parte do processo, pertence ao próprio dinamismo histórico do homem. Na realidade, a crise vocacional não é rari-

dade nem é exclusiva do Religioso Presbítero. Ela é própria da condição humana. Compreender isso já é caminho para uma visão mais sadia da Vida Religiosa, que valoriza a resposta do homem como decisão e compromisso diante da proposta de Deus.

2.1.4. A juventude e seu significado

A posição crítica da juventude frente à Vida Religiosa é um dos dados da crise atual. O jovem, mesmo vendo na Vida Religiosa uma opção válida, mantém hoje uma atitude de "reserva crítica" diante da sua organização atual. Essa posição não é necessariamente negativa. Pode e deve, isto sim, representar uma contribuição positiva para a própria Vida Religiosa, tirando-a da inércia. Ao nível do mesmo jovem, constitui uma oportunidade para um sadio exercício de escolha, que o enriquece.

2.2. Elementos estruturais da Vida Religiosa

Aqui anotamos alguns elementos que reputamos fundamentais para a Vida Religiosa, sem no entanto aprofundá-los. Esse não era nosso objetivo. Eles visam mais compor o quadro global desse relatório, para ajudar na avaliação do nosso enfoque. Tentamos determinar melhor a figura do Religioso Presbítero a partir do específico da Vida Religiosa. Ela é de origem "leiga", da ordem do testemunho. A partir disso se estruturam seus elementos essenciais.

2.2.1. A Vida Religiosa é de origem "leiga"

Esse dado visa especificar, de saída, frente ao ministério oficial da Igreja, o caráter próprio da Vida Religiosa, enquanto ligada ao batismo. Primeiro o batizado opta por esta determinada forma de vida cristã, e em seguida, escolhe como deseja servir, isto é, a modalidade de diaconia, que pode se situar tanto na esfera "leiga" como na esfera "ministerial".

2.2.2. A Vida Religiosa é da ordem do testemunho

Na verdade, esse elemento aprofunda o anterior. A Vida Religiosa é, na sua raiz, um testemunho ou, como dizemos hoje, um sinal, resposta histórica à iniciativa de Deus, forma de vida cristã. Dito em outros termos, a Vida Religiosa é da ordem "carismática": nasce do Povo de Deus pelo poder do Espírito. Ela é fruto da criatividade do Espírito que age no interior do Povo de Deus, para além do mesmo ministério hierárquico.

2.2.3. Elementos essenciais da Vida Religiosa

Não há uma única forma de abordar essa questão. Assinalamos três possíveis abordagens que poderiam nos conduzir aos elementos fundamentais da estrutura da Vida Religiosa. A primeira de caráter mais teológico. A segunda de caráter mais antropológico. A terceira poder-se-ia classificar como jurídico-institucional, na medida em que

acentua o aspecto da observância da vida comunitária e da solidariedade do grupo.

- a) A abordagem mais teológica parte do fato de que a Vida Religiosa é um dom de Deus (é carisma), acolhido pelo batizado, o qual lhe dá uma resposta existencial. Essa resposta se expressa concretamente no fato de alguém abraçar voluntariamente o celibato como sinal existencial de um amor interpessoal, numa vida de comunidade, como sinal concreto da nova sociedade que Jesus inaugurou. A partir da comunidade há a inserção na realidade e os serviços ministeriais.
- b) A abordagem mais antropológica coloca os seguintes elementos básicos para a Vida Religiosa: 1) Comunidade ou vida em grupo; 2) com uma missão mais ou menos definida de serviço apostólico; 3) na profissão religiosa, que implica em renúncia ao matrimônio, dependência econômica e de organização da própria vida, com relação ao grupo. A comunidade religiosa, nestes termos, pode ser definida como uma fraternidade de celibatários a serviço dos homens, motivada pela fé em Cristo. A vida comum exige comunidade de bens (pobreza) e procura comum da vontade de Deus para o grupo (obediência). A exigência de realização pessoal pertence também a esse nível, não ficando, pois, excluída. Ela se dá no próprio projeto comunitário.
- cional revela um aspecto fundamental da condição histórica do homem. Nele se mediatiza o princípio fundamental da Vida Religiosa, a ex-

periência de Deus. Nesse nível se explicita o aspecto público e societário da convivência comunitária. Esse nível deverá ser subordinado aos demais, para que não os sufoque.

As três abordagens não são excludentes, como dissemos acima. Elas se completam entre si. Na prática, a Vida Religiosa se exprime historicamente como articulação desses três elementos:

- a) Experiência de Deus. A vivência concreta da fé cristã constitui o testemunho dessa experiência fundante (martyria).
- b) Vida comunitária ou fraternidade, que exprime a experiência fundante da vida religiosa como comunhão (koinonia).
- c) Missão ou inserção na realidade. A experiência fundante, vivida na fraternidade, gera um serviço da fé, o "ministério do Povo de Deus", e que pode também assumir o ministério hierárquico (diakonia).

3. Pistas

Colocada a visão do problema (1) e a reflexão teológica (2), o passo seguinte seria descobrir algumas pistas para superar o conflito que se revela na experiência atual do Religioso Presbítero. Esse conflito constitui um dado de uma problemática mais ampla que, num momento dado, vai além da pessoa do Religioso Presbítero, situando-se na comunidade, no Instituto, na Igreja e, por fim, na mesma sociedade em transformação. Em síntese, chegamos a três indicações para aviar

uma solução que julgamos adequada. Uma pista a nível mais global; outra a nível mais específico; a terceira a nível pessoal.

3.1. Tratamento global

A primeira indicação é que o tratamento "local" não resolve. Devese enfrentar o problema dentro de um plano mais amplo. Para começar, deve-se substituir a clareza da interpretação tradicional pelos riscos de uma caminhada existencial, ou seja, exige-se uma mudança de visão da realidade, renunciando à clareza objetiva das coisas. No plano interno do Instituto pede-se que se reestruture em função da missão, com um leque mais amplo de opções, questionando, porém, a validade dos religiosos nas paróquias com a função de disfarçar a crise de pastores. Isso significaria ir dizendo não a vários tipos de demanda, por parte de bispos, padres diocesanos e mesmo do Povo de Deus, para buscar novas formas de serviço fraterno. Do ponto de vista do Religioso Presbítero pede-se que busque sempre mais o projeto de vida cristă que fez emergir seu Instituto na história da Igreja.

3.2. Tratamento específico

Em princípio, não há conflito entre consagração religiosa e empenho pastoral. Este pode muito bem ser o testemunho que o Religioso Presbítero presta. Isso exigiria disponibilidade e coragem da parte dos indivíduos e dos Institutos para assumir a dupla tensão inerente ao problema. Esse passo implicaria em nova síntese das exigências da Vida Religiosa com a originalidade do nosso tempo.

3.2.1. Aproximação ao povo

De qualquer modo que se resolva a tensão, uma coisa é certa. Hoje a Vida Religiosa ensaia um novo tipo de relação com o povo, com duas consequências: uma abertura para novas experiências nos meios populares, o que, por sua vez, vai exigir uma simplificação das estruturas organizativas atuais, permitindo uma ligação mais direta com as iniciativas populares, como as CEBs e outras.

3.2.2. A mediação da fraternidade

Essa aproximação ao povo não é fruto de iniciativa individual, mas deverá ser fruto de uma caminhada comunitária e ser sustentada pela fraternidade renovada. A mediação do grupo é, pois, essencial para que seja autêntica. Na comunidade deverá haver condição de realização pessoal e de empenho na missão comum. Para que isso aconteça é preciso sintonizar a vida sacerdotal com o projeto do Instituto e, por sua vez, o projeto do Instituto com as exigências do homem de hoje na América Latina.

3.3.3. Articulação de pobreza, realização pessoal e pastoral

Para que se possa sustentar o projeto religioso faz-se mister articular a pobreza evangélica, as exigências de realização pessoal e a tarefa pastoral no horizonte do projeto de Vida Religiosa. Tudo isso exige de nós clareza no que diz respeito aos critérios básicos da mesma Vida Religiosa.

3.3. As prioridades

Ficou claro, no conjunto, que, para a solução da tensão Religioso Presbítero, o prioritário é tudo aquilo que explicita de forma clara e específica o compromisso religioso: a experiência de Deus em Jesus Cristo, como forma própria de evangelizar do religioso. Partindo desse critério básico, abre-se o caminho para situar os demais elementos.

3.3.1. Em termos globais

Dever-se-á recolocar o carisma do religioso no contexto da nova situação da Igreja. O novo contexto da Igreja é pluralista. Daí a necessidade de levar esse pluralismo também para dentro da comunidade. Neste ponto, não devemos sem mais aceitar sermos presos pelos bispos. Correríamos o risco de fazer com que a mesma Instituição eclesial limite o Espírito. Na verdade, com isso fica dito que o horizonte próprio da atuação da Vida Religiosa não coincide precisamente com o horizonte específico da organização pastoral da Igreja particular. Ele é mais vasto.

3.3.2. Em termos específicos

O que se deduz do conjunto de dados que sintetizamos até agora, em termos específicos, é que se busque de fato a realização do carisma próprio da Vida Religiosa e de cada Isstituto, como forma de servir à Igreja.

3.3.3. Em termos pessoais

No plano das pessoas, deveríamos caminhar para que o ser religioso seja uma escolha positiva ligada à experiência de uma Igreja que se renova. Como as condições da Vida Religiosa e da mesma pastoral da Igreja mudaram realmente, em muitos casos cabe ao religioso fazer uma "escolha nova" ou uma "reopção".

4. Conclusão

Cremos ter reunido, a largos traços, os dados que nossa Equipe con-

seguiu refletir. Confessamos que nem sempre nos foi possível escapar a uma visão subjetiva quer na escolha dos dados, quer na sua organização e na maneira de os colocar. De qualquer maneira, cremos que este trabalho não poderia avançar mais do que o que está posto no texto. Nossa reflexão ainda não amadureceu o suficiente para que pudéssemos chegar com maior clareza ao cerne da questão, ao decisivo. Justamente por isso, é que este vai ser mais um passo, pequeno, é certo, para compreender o problema em seu contexto mais amplo.

JOÃO PAULO II: AS MUITAS FACES DA PRESENÇA E DA MENSAGEM

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ Brasília, DF

A marca tão cartesiana de nossa formação ocidental leva-nos quase sempre a buscar coerência rígida nos pensamentos e palavras das pessoas. No afã de análise, é uma satisfação descobrir discordâncias e fazer delas trampolim de resistências ou guaritas de racionalizações.

Vimos partir o Papa depois de uma presença intensa, abrangente, totalizante. Ele esteve em nossas praças e estádios num contato de imensas multidões. Falou a grupos e setores da sociedade, a pessoas em separado. Ocupou espaços sem conta de nossos jornais e revistas. Chegou-nos sempre pelo rádio. Mas o grande impacto e, por certo, o mais duradouro, foi o inédito de sua presença constante, diária, por muitas e muitas horas, em nossas próprias casas. Graças à televisão, na eficiên-

cia da técnica e na qualidade do serviço, pudemos conviver com o Papa. Muitos o tínhamos visto na apoteose das ruas. Experiência única e indescritível. Mas, no silêncio atento de nossas salas, fomos descobrindolhe outros traços que a distância não permitia ver. Reações ricas e imprevisíveis. O olhar, os gestos, as rugas, o humor, o cansaço, o afeto, o carinho, a infinita paciência e a inexplicável resistência. Admiramoslhe o vigor e a voz. Preocupamo-nos quando ela amanheceu cansada em Salvador. Uma alegria ouvi-la de novo em forma em Belém. O Papa se fez amigo próximo e acessível, hóspede cada dia mais querido. Sentia-nos bem quando outros lhe traduziam, na espontaneidade de gestos ou de palavras, algo do afeto que nós nutríamos sem a ele poder chegar.

A medida que avançava a peregrinação e se adensavam os pronunciamentos, foram surgindo os co-

Transcrito do JORNAL DE BRASÍLIA, Domingo, 13.7.1980, página 11.

mentários, os artigos e entrevistas. Muita gente se inspirou. Penas e máquinas se soltaram para contar e recontar algum aspecto, para comunicar a muitos o que o entusiasmo não deixava reter para si. Mas houve também a presença fria das análises. Houve sobretudo a tentativa de justificar-se no que dizia o Papa. Buscar em sua palavra, no contexto ou fora dele, respaldo à própria linha de pensamento ou de ação. Políticos de muitas cores e membros do Governo foram à cata de sintonias e confirmações. Grupos e autoridades de Igreja, também de tendências distintas, dedicaram-se ao garimpo de expressões que dessem força a suas próprias posições. Para todos, porém, o Papa parecia mover-se entre as minas dos extremos, sem fazê-las explodir como muita gente desejara.

E entende-se. A sociedade brasileira está fortemente polarizada. Reprimida por muitos anos, ela se lastreou de ideologias. Pólos distintos batem-se por metas definidas, reputadas antagônicas e irredutíveis. Perdeu-se a capacidade de falar sem agredir, de analisar sem já partir das próprias conclusões a atingir. Os diversos grupos involuiram sobre si. Criaram seus jargões. Falam para dentro. Emitem documentos que os outros lados não lêem ou, quando sim, já o fazem para rejeitá-los. A sociedade fragmentou-se, cindiu-se. Dividida, classificada, etiquetada, categorizada, parece de certo modo programada, numa ineluctável racionalização, para ser sempre vista e interpretada do mesmo modo. Consolidou-se o imobilismo dos blocos.

Emerge aqui o filão cartesiano, reforçado pelas ideologias. Quem é de um campo não pode fazer incursão no outro. É traição. Reconhecer valores, realizações do inimigo, mesmo quando à luz do sol, é capitular, comprometer a própria causa. Urge então silenciar, fingir que se não viu. Ficou difícil até encontrar-se com pessoas que estão do outro lado. O risco das interpretações poria a perder esta forma de coerência da parcialidade, esta absolutização de um punhado de relativos, das quais se nutre toda polêmica, toda ideologia, todo conflito. Não condenar em bloco já é pactuar.

Foi sob essa luz de polaroides que se quis ver o Papa. O Governo buscava a confirmação de sua política. Grupos de Igreja, o pleno aval à sua linha dominante. Certas minorias eclesiásticas alheias a este tipo de tensão, prometeram-se o enrijecimento de normas e disciplinas, vendo na fácil involução da Igreja a solução de seus problemas profundos.

João Paulo II surpreendeu a todos, aos que queriam sua visita e aos que dela tinham medo. Nesta surpresa houve todo o conteúdo de qualquer inesperado. Houve arrebatamento, decepção, interrogação, perplexidade, inspiração, frustração, perspectivas abertas, ilusões queimadas... houve de tudo. Mas o que certamente mais houve foi a impossibilidade de polarizar o Papa, na veleidade de acuá-lo a um dos lados. Ele não homologou a linearidade das coerências parcializantes, porque ele não foi parcial. Toda tentativa de enquadrá-lo através do

filtro de uma interpretação linear é etnocêntrica, subjetiva, ideológica. Ela perde principalmente uma das maiores contribuições de sua visita, um valor a um tempo existencial e pedagógico de sua presença. A não linearidade de João Paulo II traduz melhor a realidade que é complexa, não raro mesmo contraditória e que, certamente, não se deixa fechar na camisa de força de abstrações alienantes ou de posições simplistas. Por isso, frustraram-se os revolucionários e os radicais e o chamaram de "moderado". Decepcionaram-se os reformistas e moderados por não o verem tão incisivo contra os radicais. Desanimaram os conformistas estáticos, barricados numa tradição desvinculada da História. Cada um destes grupos e outros mais queria o Papa como seu porta-bandeira. Mas ele desfilou por muitas "escolas", porque nenhuma delas exaure a realidade.

João Paulo II se revelou humanista profundo, nada querendo compreender do mundo sem referência ao homem. Defendeu-lhe os direitos num leque amplo, individual como social. Urgiu a reorientação da sociedade em função dele. Alertou-o para a agressão potencial de suas próprias conquistas. Esvaziou o primado da economia e da técnica, como coordenadas únicas ou dominantes na concepção da estrutura social e política. Desafiou com isto os alicerces sobre os quais se erguem as "verdades" de tanto Estado e operam as ideologias precárias de desenvolvimentos consumistas e materialistas que asfixiam a pessoa. Sublinhou a urgência da in-

teração entre os homens, na solidariedade, no respeito mútuo, na justiça de uma equitativa distribuição dos bens, no acesso amplo às oportunidades de promoção, na capacidade de amar e de perdoar. Mas enfatizou não menos a abertura do homem para Deus. Frisou como central o direito do homem de saber que Deus lhe falou e a ele se revelou. Colocou neste ponto a missão característica da Igreja e a nota fundamental de sua identidade no quadro global do grupamento humano. A Igreja não se esgota, pois, no sócio-político, no quadro intraterreno das aspirações humanas. Ela tem muito mais que apresentar. Mas tampouco o fará, se se omitir no sócio-político, que é o lugar histórico e real do homem, o contexto em que ele vive, age, luta, constrói, sofre e vence.

A dicotomia que muitos queriam sacramentada e que impõe à Igreja a censura de alma e corpo, para que ela fique com a alma e ignore o corpo, só tem sua contrapartida na dicotomia dos que, por reação, esquecem ou esbatem a missão transcendente da Igreja em relação ao todo do homem e a confinam na exclusividade dos horizontes imanentes. O Papa deixou bem clara a profunda unidade do homem e a impossibilidade de que nele se veja somente corpo ou somente alma, só imanência ou só transcendência. Na dialética de posições contrastantes entre Igreja e Estado, está aí uma pista. Ela será viável desde que ambos redimensionem atitudes excludentes e polarizantes, para se deixarem mútua e criticamente urgir ao único objetivo que interessa, para

além do prestígio efêmero dos nomes e das instituições: um melhor serviço ao homem e ao bem real e integral do povo.

O Papa falou aos grupos, mas vibrou com as multidões. Se nós o pudemos conhecer melhor, ele saiu, por certo, mais diplomado em Brasil do que muito brasileiro. Viu-nos em vários quadrantes. Estudou sobre nós. Partiu da realidade concreta que vivemos, no caleidoscópio inexgotável de nossa variedade, para inspirar e elaborar sermões e alocuções. É verdade que tudo veio preparado. E não haveria outro caminho. Ele acabaria banal se pretendesse improvisar 44 vezes em 12 dias, numa língua ainda não familiar. Mas tudo o que disse calou em nós. E assim foi porque nos teve sempre como ponto de partida e de constante referência. Porque nos respeitou e nos levou em conta. Por isso, nós o ouvimos horas inteiras. Encontramo-nos no que dizia. Falou-nos do que necessitávamos. E, apesar da distância que interpuseram quase sempre entre ele e o povo, ele mesmo favoreceu à manifestação de todos. Deliciou-se com as crianças, inflamou os jovens, valorizou as etnias, confortou os que sofrem, ouviu os reclamos de todos, escandiu no microfone algumas faixas lancinantes que lia nos braços da multidão. Por isso nos conquistou, mesmo a alguns, feridos ainda há pouco com atitudes suas, menos compreensíveis em nossos tempos. Ele nos conheceu melhor e nós a ele. Amanhã, ao ouvir Brasil, este país terá para ele uma face concreta. Ao receber informações e compulsar relatórios daqui e dali, ele verá sobre eles estes vultos das multidões, sofridos mas delirantes, sulcados pela vida, mas refeitos na esperança pela alegria de tê-lo visto.

È bem verdade que o Papa preencheu o vazio político de um povo que há anos não se podia manifestar e sentir-se povo. De uma gente que se cansou de não ter a quem exprimir suas agruras ou de expressá-las em vão. De uma multidão, cujas principais alegrias de massa do carnaval ao futebol --- foram esterilizadas pela invasão da empresa e pela comercialização das oportunidades. Com João Paulo, o povo pôde ser ele mesmo. O Brasil foi assistindo assim a esta imensa e crescente mobilidade das multidões e mobilização dos corações. Um povo original e criatiyo, descontraído na capacidade quase infinita de gerar variações sobre um mesmo tema. Em toda parte, missas e discursos. Mas, também em toda parte, tanta coisa diferente.

Por outro lado, não é menos verdade que o Papa preencheu também um vazio espiritual. Vazio deixado por uma ação de Igreja planificada e eficiente, que atingiu o ápice da nacionalidade em planos e mecanismos de pastoral de conjunto como talvez nenhuma outra Igreja no mundo. Mas de uma Igreja que prematuramente se encontrou em diáspora em relação às massas. Querendo ser pove, acabou impondo ao povo muito de uma visão intelectualista e clerical da vida. Nós, Padres, vimos claro as origens e as razões do Concílio assim como o alcance de suas consequências. Mas arrastamos o povo sem respeitar-lhe o ritmo, não raro mesmo sem preparálo para o que dele pretendíamos. Sentimos então que o perdíamos. Fechamos o diafragma. Criamos nosso jargão de iniciados. Concentramo-nos nos pequenos grupos. Anestesiamos a religiosidade popular para só redescobri-la anos mais tarde sob pressão. Fizemos muito de válido em muitas frentes. Suscitamos e apoiamos comunidades de um povo violentado no campo e oprimido no anonimato das cidades. Mas, não raro, esvaziamos muito da alma deste mesmo povo e a esterilizamos num discurso unilateral. Minimizamos sua fé simples mas profunda, inconcussa embora pouco elaborada.

Foi nesta fé que o povo se encontrou com o Papa e a ele acorreu aos milhões. O Papa é moderno na comunicação e tradicional na expressão. O Papa é forte no pensamento, mas raciocina numa perspectiva de fé total, de esperança contra toda esperança. Ele é, por vezes, desconcertante para a análise crítica da racionalidade contemporânea, embora a conheça a fundo. Ele a desafia mesmo pela certeza de uma fé "arcaica", no sentido etimológico deste termo, uma fé que toca a rocha do princípio, que atinge o próprio Deus. E foi aí que o povo se encontrou, como massa, em torno deste homem que crê. Rezou com ele, como não o fizera há anos. Exprimiu sonhos impossíveis na certeza de traduzi-los em realidade. Mas sobretudo, mostrou sua capacidade singular de amalgamar esta fé com o realismo prático da consciência de sua situação e de sua vida. Deu-nos assim a lição de que, como disse o Papa, a Igreja não se pode limitar ao sócio-político, mas já não é mais possível mistificar a fé como querem alguns e isolá-la das realidades terrestres. Foi um eco existencial por todo o Brasil de "Evangelii Nuntiandi" de Paulo VI: não há promoção real sem evangelização, mas não há como evangelizar sem promover.

O Papa falou aos pobres mas não agrediu os ricos. Como os Bispos, em Puebla, e o Cristo, na Palestina, não há dúvida de que ele preferiu os pobres. Falou muito mais a eles e por eles. Interpretou-lhes anseios e sofreu com eles. Foi voz dos que não têm voz nem vez. Aliás, os pobres também o preferiram. Era de pobres um esmagador percentual nas multidões. Mas o Papa não excluiu os ricos. Pelo contrário, contou com eles, chamando-os à responsabilidade pela humanização de uma sociedade estruturalmente injusta. Convocou-os à partilha do que têm, não só em nome da caridade, mas sobretudo a título de justiça, de participação, de comunhão devida aos outros e vital também para eles mesmos. Por toda a parte, os ricos estiveram presentes, alguns com uma fé real mas perplexa. Fé incerta de seus caminhos. Fé inconformada e ferida com um discurso de Igreja que os agride, que os humilha e os afasta, criando neles resistências ativas e passivas. Muitos se refugiam então na caridade e a multiplicam, dando do seu supérfluo. Mas não chegam a dar o passo para romper o círculo estrutural da injustiça que permite a poucos terem muito e a muitos nada

terem. O Papa mostrou-lhes como esta é a sementeira da violência. Acenou-lhe com a verdade evangélica, mas tentou confrontá-los também com a racionalidade de consequências inevitáveis que opõem a violência social e incontrolável à violência estrutural e institucionalizada. De novo aqui, João Paulo II abarcou os extremos, não excluindo ninguém. Preferiu a não linearidade evangélica à unilateralidade ideológica e rejeitou inúmeras vezes a luta de classes e a violência como instrumental de transformação estrutural da sociedade. No bojo desta atitude está um apelo crítico e dramático às forças do poder político e econômico, mas também uma inconfundível relutância em homologar qualquer parcialidade na Igreja em excluir acintosamente de sua solicitude uma parcela do rebanho, cuja caminhada será difícil e lenta, como a do jovem rico do Evangelho, mas não menos necessária, em vista da construção de uma sociedade justa, de comunhão e participação, meta de todo esforço desta mesma Igreja, como o deve ser do Estado também.

Poderíamos levar adiante este relance sobre tantas faces da presença e da mensagem de João Paulo II no Brasil. Ele foi "pontífice", isto e, aquele que lança pontes, abre caminhos, restabelece condições de diálogo e entendimento entre os homens. Foi objetivo e crítico, mas sempre construtivo. Não existe neste momento tentação mais subtil do que a de querer ouvir a voz do Papa só por aquilo que nos sorri, de tentar nela a confirmação apenas e o endurecimento de antigas certezas. Não haverá agora discurso mais estéril e mais banal do que o anacrônico dilacerar do que disse o Papa para justificar dicotomias e imcbilismos. O Brasil depois de João Paulo II não pode ser o mesmo.

Em João Paulo II foi-nos dado um grande dom. Deus falou-nos por ele de modo imprevisível e contrastante. O Papa nos repetiu sem fim que só o amor constrói. Há nisto uma tremenda utopia, é certo. Mas é sobre ela que cavalga este cavaleiro andante dos tempos de hoje, na certeza da fé de que o impossível para os homens sozinhos não o é para os homens com Deus.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A MISSÃO DO RELIGIOSO EDUCADOR

Ir. Ivone Gebara Recife, PE

Esta é apenas uma contribuição teológica simples e incompleta para a reflexão sobre o religioso-educador. Supõe conhecida a realidade sócio-econômica e política de nosso povo, suas contradições imensas, assim como a problemática educacional e escolar de nosso país(1), intimamente dependente dessa realidade.

A reflexão que ora proponho divide-se em três pontos: 1) o religioso educador e o Reino de Deus; 2) a irrupção do pobre e a Doutrina da Segurança Institucional; 3) a experiência da Transcendência de Deus e da fraternidade para o religioso educador.

O religioso educador e o Reino de Deus

O título desta reflexão quer articular a vocação de religioso à missão de educador, quer tentar buscar as ligações entre a vocação e a missão. Nos deteremos apenas em alguns aspectos da questão e, por isso, esta reflexão constitui-se num passo que precisa ser continuado na vida e reflexão dos religiosos.

O educador é aquele que tem uma tarefa, uma missão na sociedade. É a missão de conduzir, de orientar na descoberta da realidade, de ajudar o desenvolvimento das pessoas, de colaborar para o desabrochar humano de inúmeras vidas.

O religioso é o cristão que, através de um estilo específico de vida, pautado nama tradição inspirada pelo Evangelho de Jesus, entrega a sua vida, suas capacidades, seus dons, em favor da construção do Reino de Deus.

O religioso é um apaixonado pela causa de Deus e por essa paixão entrega sua vida no seguimento de Je-

sus, um seguimento que pretende ser um olhar e um agir no mundo em vista da "salvação do mundo".

Poderíamos até dizer que ser religioso e ser educador são missões/ vocações tão estreitamente ligadas que pensando-se em educador poder-se-ia pensar em religioso e pensando-se em religioso poder-se-ia pensar em educador.

Entretanto, o que caracteriza a tarefa do educador cristão, ou no nosso caso específico, do educador religioso é que toda a sua missão deve estar estribada na missão de anunciar e construir o Reino do Senhor. O envio de Jesus endereçado a todos os discípulos de anunciar o Reino, se ouve hoje entre nós e exige uma resposta efetiva, histórica, da qual não podemos fugir, a não ser na condição de abandonarmos o seguimento de Jesus.

Portanto, a primeira coisa que é preciso entender é o que é o Reino do Senhor c o que significa anunciálo no hoje de nossa história. Só assim entenderemos a tarefa de educadores em função desse Reino (2).

A experiência bíblica e o balanço de dois mil anos de cristianismo, nos mostram que o Reino não é alcançado através da mera transformação da interioridade de alguém, através de uma experiência de paz interior, ou ainda na ansiosa esperança de uma felicidade prorrogada apenas para além desta vida (3). Aquilo que é de Deus se mostra de alguma forma na história dos homens, emite sinais, deixa traços, transforma as coisas. O reinado de Deus é a aceitação plena de que

Ele é o único Senhor de nossas vi das e de nossa História. Consequer temente, uma reestruturação das re lações entre os homens deve se ope rar, uma restauração da vida huma na nas suas várias e múltiplas di mensões tem que começar a acon tecer. O "Deus que faz novas toda as coisas" manifesta a Sua novidad neste mundo, nesta história. Quand essa novidade irrompe em forma d justiça, fraternidade, acolhida "d pobre, do órfão e da viúva", entã a gente pode dizer que Deus est reinando, que Seu Reino está send construído. A afirmação do senho rio de Deus implica necessariamen te na negação dos ídolos, dos de mônios de toda sorte que aprisio nam os homens, que os tornam do minadores e opressores uns dos ou tros. "Os deuses que não fizeram o céus e a terra, esses perecerão d terra e debaixo dos céus", Jer 10,11

Na linguagem bíblica quando s diz que Deus é, significa dizer que Deus atua, age, está presente. As sim, Deus é, na medida em que justiça, a verdade, a fraternidad acontecem na história dos homens Não é uma fraternidade exclusivist e excludente dos outros, uma fraternidade de casta, mas uma fraternidade que é irrupção do amor de Deus que atinge a todos os homens e os atinge eficazmente. É nesse sentido que Jesus nos lembra: "con efeito, se amais aos que vos amam que recompensa tendes?" (Mt 5,46)

Os sinais do Reino são sinais de restauração da vida: os cegos vêem os coxos andam, os mortos ressus citam, os pobres são evangelizado (Mt 11,4a-6). Estes sinais são un

"critério infalível, indicador da chegada do Reino" (4). De fato, são sinais à primeira vista irrisórios, aparentemente sem grande significação. Nesse mundo imenso e tão complexo, que importância tem alguns cegos enxergarem, alguns coxos andarem ou alguns mortos ressuscitarem? Estes não são grandes acontecimentos; não se referem ao fortalecimento do poder de César, nem ao enriquecimetno do Templo e das sinagogas, não se fala de "milagres" econômicos e nem de uma era de progresso para a ciência e as artes. Os acontecimentos ou os feitos de Deus são insignificantes diante dos valores veiculados pelas sociedades dominantes, mas têm a força suprema de deixar acesas as chamas do amor e da justiça.

Essa humildade é, portanto, reveladora dos caminhos de Deus. É das coisas insignificantes e do meio dos insignificantes para os poderosos deste mundo que alguma coisa começa a acontecer e é isso que tem importância para o Reino de Deus. Por isso Jesus diz: "Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelastes aos pequeninos" (Mt 11,25) e S. Paulo em 1 Cor 1,17 a 31 nos fala da loucura da cruz. A vida restaurada cria novas relações entre os homens, é capaz de atrair multidões e provocar divisões (cf. Jo 9 — a cura do cego de nascença).

Isto nos faz perceber que os gestos de vida de Jesus, não são ações individuais, isoladas, mas atingem massas. É interessante notar que os evangelhos sempre mostram a liga-

ção de um gesto de restauração da vida a algo maior do que o indivíduo, pois multidões passam a seguir Jesus e, justamente porque multidões o seguem, é que ele passa a ser perigoso ao poder estabelecido. Por exemplo, em Mc 1,40 e ss., a gente vê como o leproso curado noticia sua cura para as multidões, atitude que provoca reações. Por isso, o evangelista diz: "Jesus não podia mais entrar publicamente numa cidade". O mesmo comportamento é dito em vários outras passagens do Evangelho.

As ações de Jesus, ações de restaurar a vida, de proclamar a presença do Reino de Deus indicavam que o reinado de César, do Templo, do dinheiro, da glória comprada não significavam nada na lógica da vida de Jesus, não construíam a fraternidade, não restauravam a justiça, não devolviam a vida.

A oposição entre o Reino de Deus e o reino do mundo é clara. Deus não reina no mundo em que reina o dinheiro, a exploração. Deus não reina no mundo que vive às custas do sangue e do suor dos pobres. Deus não reina no mundo das aparências, da mentira, da usurpação do poder, da prostituição do ter. Este é o mundo da idolatria, dos falsos deuses (Jo 18,36).

Ora, tal perspectiva do Reino levanta hoje, para nós todos, um questionamento profundo: Que Reino estamos construindo quando nos atribuímos a tarefa de educadores, de guias de alguém? Por que caminhos estamos nos conduzindo e conduzindo a outros? A quem estamos entregando o melhor de nós e a totalidade de nossas forças?

O canto de Maria, o Magnificat ressoa em nossos ouvidos: "Ele derrubou os poderosos de seus tronos e elevou os humildes"... É a vida humana em plenitude que Ele quer: não é permitido que uns estejam nos tronos enquanto outros estão no chão, pisados, espezinhados, massacrados. Seria a própria contradição do amor, sua negação histórica. Essa velha mensagem tem que tomar corpo em nosso corpo, tem que ser vida em nossa vida senão ela corre o risco de tornar-se "o sal que perdeu o sabor", que perdeu sua própria força.

2. A irrupção do pobre e a doutrina da segurança institucional

Diante do fato inegável da irrupção dos pobres (cf. Documentos de Medellín e Puebla) na consciência da Igreja latino-americana — na consciência, porque eles já irromperam há séculos como objetos de exploração e pena — uma irrupção questionadora e ameaçadora, nós nos descobrimos, especialmente como religiosos, com uma série de tentações. Estas, ora são apenas tentações, ora são situações nas quais nos instalamos recusando qualquer questionamento.

a) A tentação da defesa — Essa tentação se exprime como uma defesa de nossas instituições, das nossas idéias, da nossa Teologia, daquilo que lo que nos dá segurança, daquilo que já estamos habituados a fazer. Agimos como se o mundo estivesse mi-

lenarmente organizado dessa forma e nenhuma mudança radical pudesse de fato acontecer.

Como não sabemos exatamente o que é preciso fazer, pois de fato o fazer é o mais difícil, e, como vivemos num período de fratura histórica, período anunciador de um mundo diferente, nos agarramos àquilo que fazemos, às instituições que temos, procurando ansiosamente teses que justifiquem sua existência. É justamente porque sua existência é contestável, especialmente à luz da irrupção do pobre, que nós reagimos buscando explicá-las, buscando encontrar razões para continuarem a existir. Sua sobrevivência é questionada fundamentalmente pelo fato novo avassalador, incontido grito de Deus em nossas consciências: a multidão de pobres que cresce e a consciência crítica de muitos que cresce também apesar dos golpes da repressão. Este comportamento é o da doutrina da segurança institucional, que é de certa forma uma variante religiosa da doutrina da segurança nacional. Quando não se quer permitir a mudança das estruturas de um Estado em favor das grandes massas oprimidas, o próprio Estado representado pelos donos do poder, se defende contra qualquer eventual ataque. E em nome da segurança, da ordem e do pseudo progresso organiza dispositivos para sua própria manutenção e defesa.

Da mesma forma, nós nos defendemos, apesar de introduzirmos em nosso vocabulário palavras libertadoras, técnicas modernas, atitudes mais renovadas. Permitimos até que grupinhos dentro da própria instituição façam experiências junto ao povo, mas na maioria das vezes não percebemos o reformismo de nossas atitudes, a tentativa de conciliação de interesses que segundo o Evangelho de Jesus são irreconciliáveis. Em outras palavras, mudamos apenas as aparências, mas o fundo continua o mesmo.

b) A tentação de nos cortarmos de um processo histórico. Como nos descobrimos incompreendidos, temos a tentação de nos fecharmos entre "iguais", entre aqueles que parecem viver e sofrer do mesmo problema. A gente não permite que o rosto do outro, diferente de mim, daquele outro que está num outro lugar social levante questões ou mesmo insinue que outras alternativas de engajamento são possíveis.

Sabemos que é através do rosto do outro, do oprimido, que o Senhor da História nos apela, nos convoca, nos faz sair de nós mesmos. Perdemos de vista que somos parte de uma história que muda, mesmo contra a nossa vontade. Acontece que com nossa ação podemos adiantar ou retardar essa mudança. Podemos acelerar ou bloquear os caminhos de libertação dos pobres. Esse comportamento representa um corte no atual processo histórico de emancipação dos pobres. É como se imaginássemos que nossa história nada tem a ver com a deles. Continuamos a nossa vida de sempre, é claro, sempre preocupados em ajudá-los com nossas "esmolas" contanto que eles não exijam mudanças mais radicais.

Nesta perspectiva, poderíamos nos perguntar se não seria mais evangélico, "não fecharmos nosso coração" e favorecermos com os meios de que dispomos uma mudança que significará mais VIDA para todos os homens?

- c) A tentação de falsearmos a imagem de Deus, reduzindo-o aos nossos próprios interesses, a nossa própria imagem. Parece que tudo se reduz a um estreito círculo: nós e Deus. Ele nos entende porque nós nos entendemos, e Ele nos interpeia apenas a partir de nós mesmos. O Deus da Bíblia, aquele cuja voz ressoa no grito dos oprimidos, entra bem pouco em nossa vida. Nossa relação com Deus se exprime no conjunto de nossa vida. Não é uma relação isolada, mas nossa vida inteira demonstra sua qualidade. Por isso dizemos que nossas ações, aquilo que fazemos, o lugar a partir do qual nos situamos para enxergar a vida tem muito a ver com o lugar de Deus em nossa existência. Corremos o risco de fabricar um Deus a nossa imagem e semelhança, um Deus mantenedor da situação, um Deus que apenas confirma nossas idéias, enfim um Deus injusto a partir dos critérios bíblicos da Justiça e Santidade de Deus.
- d) A tentação de acreditarmos que a formação de bons sentimentos pode ser mais forte do que as investidas dos meios de comunicação, do consumismo, do individualismo da sociedade capitalista.

O pecado é de cairmos efetivamente nessa tentação e de reduzirmos um problema estrutural a uma

questão de pessoas individuais. Pensamos que os "bem formados" por nossas instituições poderão mudar a face do mundo e esquecemos que os "bem formados" são também os "bem posicionados", aqueles que têm um lugar de privilégio nessa sociedade excludente. A eles a mudança não interessa. Já vivem no bem estar e na abundância à custa do suor e sangue de muitos. E nós, sob a alegação de não excluirmos a ninguém da mensagem cristã, entregamos nossa vida por eles e eles, por sua vez, entregam, através das estruturas injustas, os pobres a condições desumanas de vida e até à morte.

Corremos com isso o risco de reduzir a proposta evangélica à formação de bons sentimentos retirando do amor cristão seu caráter eminentemente social de mudança efetiva das relações humanas. A exortação de Tiago vem a propósito: "Irmãos, sede cumpridores da palavra e não somente ouvintes, enganandovos a vós mesmos" (Tiago 1,22).

e) A tentação de confundirmos a missão de educador com o serviço dentro de uma escola elitista, de modelo burguês. A educação é mais do que a educação escolar e o educador é mais do que o professor ou diretor de uma escola. Na medida em que reduzimos a missão educadora a esse sistema escolar, corremos o risco de absolutizar esse sistema como o único formador e divulgador de cultura.

A questão, portanto, não é o fim da escola, mas o fim dos privilégios de um tipo de escola que é fadado a ser instrumento reprodutor do sistema vigente. Em termos teológicos, cometemos um duplo pecado: o de não acreditarmos suficientemente na força do Espírito de Deus, criador do novo a partir do mais miserável dos irmãos e ainda o pecado de entrega de nossa força, daquilo que há de melhor em nós para a manutenção do reino de César e não para o Reino de Deus. Por temor de revermos a nossa prática à luz das exigências de Jesus Cristo terminamos por entregar nossas "pérolas aos porcos".

f) A tentação do medo que nos amarra e impede que nossa imaginação e nosso coração criem algo de novo, medo que anuvia nosso olhar, bloqueia nossos ouvidos, detém nossos passos. Medo de morrer para as instituições que sustentamos, medo de morrer para as formas históricas que já não servem para o nosso tempo, medo de viver o desconhecido, o amanhã. O medo da morte, é bom lembrar, "é o que leva a concessões, acomodações, silêncio, falta de participação, traição dos que caíram em estado de perigo" (5).

Parece que nos esquecemos das palavras de Jesus: "Se o grão de trigo que cai na terra não morrer permanecerá só; mas se morrer produzirá muito fruto" (Jo 12,24). Os evangelhos nos mostram que Jesus enfrentou o medo da morte do início até o fim de sua missão. Esta era a condição para fazer a vontade do Pai.

Vencer o medo do futuro, dos poderosos, dos riscos de morte e entregar-se ao Senhor, é dizer como o velho Jeremias: "Seduziste-me, Senhor, e eu me deixei seduzir e foi tua a vitória", ou ainda: "Pai, tudo é possível: afasta de mim este cálice, porém não seja o que eu que-ro mas o que tu queres" (Mc 14,36).

Só haverá vida nova depois da cruz e da morte. Paulo diz de Jesus: "Foi obediente até a morte e morte de cruz; por isso Deus o exaltou"... É Deus que exalta e não os poderosos deste mundo. E a exaltação que vem de Deus é a exaltação da vitória dos pequenos, dos pobres sobre os poderosos. É a repetição do Magnificat, o canto da vitória de Deus, entoado de geração em geração.

3. A experiência da transcendência de Deus e da fraternidade para o religioso educador

"Eu Sou o Senhor, teu Deus, Aquele que te tirou do Egito, da casa da escravidão. Não terás outros deuses diante de mim", £x 20,2-3.

"Amados, amemo-nos uns aos outros, porque o amor é de Deus; e todo o que ama é nascido de Deus e conhece a Deus", 1 Jo 4,7.

A grande originalidade do cristianismo é que Deus não é uma transcendência isolada em si, transcendência habitando um céu distante.
Não é o todo poderoso, onisciente
diante do ser humano impotente.
Não é uma transcendência situada
unicamente para além da história,
mas desde o coração da mesma.

A transcendência de Deus, atestada pela experiência bíblica, se manifesta no rosto do pobre que nos desafia para além de nós mesmos, nos arranca de nossos limites, de nossas instalações, para responder à pergunta: "O que fizestes de teu irmão"? No irmão Deus nos chama, nos faz ultrapassar as forças de inércia e egoísmo que residem em nós.

Nesse sentido, a busca da fraternidade e a vivência da mesma, ainda que nas possibilidades limitadas
de nossa história, é a experiência
vivida da transcendência de Deus.
É como se a convocação de Deus a
fazer a fraternidade fosse a condição
para podermos chamá-lo de Pai, a
condição para que Ele seja de fato
Senhor.

Assim, experimentar Deus, é experimentar a luta histórica pelo estabelecimento de seu Reino, Reino de Vida em abundância e justiça (cf. Oséias 6,6 e Jeremias 22,13 a 17). Separar Deus do Reino, na sua dinâmica do "já e ainda não", é fazer de Deus um ídolo, é portanto, cair na idolatria. E sabemos que essa idolatria é uma realidade em muitos setores da América Latina, especialmente em setores cristãos ou que se consideram como tais. Essa idolatria é também nossa, na medida em que insistimos em reter a caminhada de Deus através da história dos pobres. Retemos essa caminhada porque não nos organizamos efetivamente para sermos aliados dos pobres, porque temos muita força e não a colocamos a serviço dessa causa, porque temos uma voz forte e calamos frente às injustiças, porque temos poder e o utilizamos mal, porque temos saber e o entregamos a quem, por seu lugar social, vai usá-lo muito mal, porque temos receio de "partir de novo", recomeçar o passo, de entrar no êxodo em busca da "terra prometida".

Tudo isso significa que, na prática, o religioso educador vive a transcendência de Deus atestando-a através de seu compromisso com a causa dos empobrecidos da terra, daqueles que foram roubados nos seus direitos mais fundamentais, daqueles que foram condenados à marginalização pelos poderes desse mundo e inclusive por nós religiosos. Entretanto, como é a eles que Deus exalta, viver em comunhão com Deus é entregar-se à luta para que eles tenham a plenitude da vida. Vale lembrar nesse momento da reflexão, Mateus 25 onde aparece clara a identidade entre o rosto de Deus e o do pobre. É a partir do nosso fazer em relação aos necessitados que seremos julgados e encontraremos o Senhor.

Por isso, é preciso decidir-se a entregar aos pobres nossa força de trabalho, nossa capacidade criadora, nossos conhecimentos. Não somos religiosos para viver em conivência com os Césares, os Anás e Caifás desse mundo, nem para continuar a manter os quadros de seus palácios, ministros, exércitos e séquitos de bajuladores. E uma exigência da própria fé que partamos para uma ação conjunta e organizada para descobrirmos os caminhos da entrega de nossas possibilidades e qualidades aos pobres. Os demô-

nios de hoje só se enfrentam em conjunto e de forma organizada.

Essa tarefa não pode ser deixada para amanhã, pois o clamor de justiça é forte demais. É hoje mesmo que temos que começar um movimento de aliança com a causa do pobre, um movimento de descentralização dos privilégios da educação de uma classe, um movimento de saída do centro para a periferia, das grandes metrópoles para o "deserto" a partir do qual tudo será renovado. É da aparente insignificância do deserto que João Batista começou a clamar: "endireitai os caminhos do Senhor". É por lá, pelo deserto, pelas periferias e porões do mundo, por onde estão os pobres que o Deus justiceiro vai passar. Este é o nosso credo e é por ele que seremos julgados. Esta é a conversão que nos é continuamente e insistentemente pedida. Não é novidade, nem invenção dos teólogos de hoje. A velha experiência bíblica e a larga tradição histórica de fidelidade ao Senhor o atestam. A Aliança com o Emanuel, o Deus conosco, é o renovado pacto de luta em favor de vida de todos os pequenos, que na América Latina hoje representam, como sabemos, 80% da população de nosso continente (cf. nº 28: Puebla-Conclusão) (6).

Não podemos esquecer que pelo simples fato de sermos religiosos, somos por esta mesma razão, convertidos aos caminhos do Senhor. Isto não é nenhuma garantia, ao contrário, responsabilidade de confessar através da vida o seguimento radical de Jesus proclamado por nossas bocas.

A volta a Deus é a volta ao caminho da justiça, uma justiça de dimensões coletivas, justiça para as grandes massas famintas e sedentas. É por atraí-las e lutar por elas que o Senhor Jesus foi assassinado. E nossos caminhos, como de verdadeiros discípulos, só pode ser — seguir os de Jesus.

Resta-nos agora concretizar certos passos conjuntos, se de fato acreditamos na convocação de Deus a construirmos um mundo justo e fraterno. Se não for assim, nossas reflexões nada mais serão que um alimento a nossa instalação pessoal e institucional. Teremos apenas a sensação de termos meditado a partir da realidade histórica, mas ela continuará opaca, murada para nós enquanto não formos capazes de conviver efetivamente com ela, de nos deixarmos questionar, de nos apaixonarmos por ela, transformando-a numa realidade para Deus, o que equivale a dizer, para todos os homens.

NOTAS

(1) Puebla, a Igreja na educação da América Latina, Revista de Educação da AEC, 1973, nº 31. Educação Brasileira, Análise Crítica, Revista de Educação da AEC, 1973, nº 34. (2) SOBRINO, JON, Critologia desde América Latina, Edicio-

nes CRT, México, 1977. (3) BOFF, Leonardo, O Pai Nosso, Editora Vozes, 1979. (4) COMBLIN, Joseph, Théologie de la Pratique Révolutionnaire, Ed. Universitaries, Paris, 1974. (5) COMBLIN, Joseph, Jesus de Nazaré, Editora Vozes, 1971. (6) A Evangelização no presente e no futuro da América Latina, Puebla, Conclusões. Edições Loyola, 1979.

COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Comunidade Santo Inácio de Loyola. Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Experiência apresentada na XII Assembléia Geral Ordinária Eletiva da CRB. De 27 de julho a 2 de agosto de 1980.

Ir. Teresa Araújo, FC

Curitiba, PR

I. Identificação da realidade

- Aproximadamente 1.500 famílias residem aqui. Vieram de longe, todas oriundas do campo, 90% do interior de Santa Catarina e os outros 10% das fazendas do norte do Paraná. Atualmente há um grande afluxo de famílias vindas todas também do Norte e Sudoeste do Paraná, pequenos proprietários que deixaram suas terras aos grandes fazerdeiros.
- b Traços característicos da comunidade local: geográfico, humano, sócio-econômico. Área pantanosa, dificilmente se enquadraria nos padrões de urbanismo, insalubre, sem os recursos vitais mínimos, não tem esgoto, nem serviço coletor de lixo. A iluminação existe apenas

em alguns trechos de ruas cujo traçado na grande maioria só existe no papel.

Por ocasião das chuvas tudo se transforma num lodaçal que lhes deixa ilhados ou dificulta terrivelmente deslocar-se para o local de trabalho. Alguns compraram pequenos lotes e forçados a morar na cidade compraram também o terreno pantanoso, insalubre, a falta de luz, a viagem de todos os dias até o local de trabalho o que lhes consome boa parte do seu mínimo salário. Além disso é preciso comer, vestir-se e tratar das doenças tão freqüentes e conseqüentes das más condições de vida.

c — Tipo de ocupação da maioria dos membros da comunidade. São pedreiros na grande maioria (serventes), eletricistas, lavadores de carro, cobradores de ônibus, motoristas e ajudantes de motoristas, biscateiros, alguns comerciários, enfim trabalhadores braçais a quem cabe a parte mais árdua do trabalho. O salário é em média de 1 a 2 completado com horas extras.

II. Descrição do trabalho

a — Princípios norteadores do trabalho:

- Tentativa de vivenciar mais evangelicamente o nosso voto de serviço dos Pobres ajudando o povo a assumir sua história de uma forma mais integral.
- A curto prazo: Nossa inserção com eles, no esforço de viver a mesma vida, simples e pobre, comungando as mesmas dificuldades e aspirações.
- A médio prazo: Mentalização, descoberta e treinamento de lideranças.
- A longo prazo: Promoção do bairro. Tentativa de resolver com o povo os problemas fundamentais do bairro, abrindo-os com esta experiência a uma visão mais ampla do Brasil e do mundo. Tentativa de desenvolver com o povo uma Igreja na base, no esforço de vivenciar mais concretamente a união, a solidariedade, a comunhão.
- b Conteúdo do trabalho. Como colunas básicas do trabalho: a vida e a fé. Iniciamos o trabalho refletindo sobre as exigências evangélicas, o constante apelo da Igreja, a intenção profunda dos nossos fun-

dadores e a preocupação dos nossos superiores locais em remotivar a Província para o serviço direto dos Pobres.

Vivendo essa consciência do Serviço dos Pobres iniciamos em 1968 uma série de reflexões, estudos, contactos que nos possibilitassem melhor preparação, melhor clareza de objetivos, para uma opção posterior mais séria. Reuníamo-nos uma vez por semana, tendo como finalidade a preparação e o relacionamento da equipe. Essa preparação iniciada em 68 motivou a inserção em 2 de fevereiro de 1973.

Com o auxílio de alguns técnicos realizamos um estudo das condições sócio-econômicas e culturais dos diferentes bairros, vilas e favelas da cidade. Este estudo visava localizar, a partir de critérios mais científicos as áreas possíveis de se implantar mais facilmente um trabalho educativo. Estas visitas à periferia desde agosto de 1972, ajudaram a determinar a área onde deveríamos trabalhar: Boqueirão.

Inseridas no bairro iniciamos uma pesquisa preliminar com tríplice finalidade: — conhecimento da realidade; contacto com os moradores, descoberta de voluntários imediatos para o trabalho da pesquisa mesmo, iniciando assim, simultaneamente um processo de formação de lideranças. Através das questões colocadas pela pesquisa fazer uma primeira abordagem aos moradores sobre sua realidade, e posteriormente analisar estes mesmos dados descobrindo com eles possibilidades de, unidos e organizados, transformá-la.

No decorrer da consolidação da metodologia de educação empregada adultos interessados, constituíram grupos e passaram a se reunir periodicamente para refletir e abordar temas de seu interesse. Estes mesmos grupos descobriram a necessidade de aprofundar a Palavra de Deus na vida. O instrumento utilizado tem sido os "Círculos Bíblicos", hoje já elaborados pelos animadores. A catequese domiciliar também animada dentro desta mesma dinâmica de reflexão da vida, iluminada com a Palavra de Deus, realizada nas famílias e assumida pelos pais.

Respeitando o método de trabalho que adotamos e as próprias pessoas, as promoções se realizam somente quando descobertas como valores e a partir das necessidades dos moradores. Assim na caminhada destes anos, e a partir dos problemas e necessidades levantadas na pesquisa a comunidade organizouse no sentido de:

- Construir um barração para encontros, hoje em construção o Centro Comunitário.
- Realização de cursos: atendentes de enfermagem, auxiliares de serviços domésticos, corte e costura, bordado, tricô, pedreiro, eletricista encanador, azulegista, etc.
- Reivindicar junto aos órgãos públicos: água, escola, rua, luz, posto de saúde, etc., das quais a água e a escola foram as maiores vitórias em termos de benefícios para o bairro. Hoje já se inicia um pequeno posto de Atenção Primária à Saúde.

- Formação através de encontros de catequese, para animadores dos círculos bíblicos, cursos de preparação ao batismo, etc.
- Conscientização para melhor indenização dos moradores abaixo da estrada de ferro e luta por melhores condições de vida.
- c Método utilizado. No desenvolvimento do trabalho utilizamos a metodologia dinâmica de educação, que possibilita ao homem assumir sua própria vida. Todo o encaminhamento das atividades e toda a vida da comunidade se desenvolve a partir realmente de interesses, necessidades, valores colocados pelo próprio povo. Como consequência o assumir consciente e responsável vem se fazendo com um crescimento favorável, no sentido de que a comunidade desenvolve-se a partir do povo e com o povo.

d — Instrumentos de ação e meios de trabalho:

- Visitas às famílias que analisadas e sistematizadas, vêm se constituindo num instrumento de pesquisa preliminar, através do qual re procura caracterizar o educando quanto aos valores, normas, padrões, atitudes e comportamentos que adota nos vários setores da vida. As visitas feitas pelos moradores aos moradores, analisadas ajudam determinar os programas de ação da comunidade.
- Círculos bíblicos nas famílias, quinzenalmente.
- Catequese domiciliar nas famílias.

LIVROS E CONFERÊNCIAS

Coleção: Puebla e Vida Religiosa

1. LITURGIA

Pe. Nereu de Castro Teixeira

Páginas: 172

A reflexão orante dos cinco temas apresentados, estudados e debatidos durante a XII Assembléia Geral Ordinária Eletiva da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)

- LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO Pe. João Batista Libânio, SJ Páginas: 32
- LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO Frei Leonardo Boff, OFM Páginas: 24
- OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES
 Pe. Rogério Ignácio de Almeida Cunha, SDB
 Páginas: 32
- JUVENTUDE, ANÁLISE DE UMA OPÇÃO Edênio Valle Páginas: 54
- VIDA RELIGIOSA INSERIDA NOS MEIOS POPULARES Carlos Palacio, SJ Páginas: 48

PEDIDOS

Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar Tels.: (021) 240-7149 / 240-7249 / 240-7299 20031 Rio de Janeiro, RJ

OU NA SEDE DA SUA REGIONAL DA CRB